

SONAE INDÚSTRIA – SGPS, S.A.

SOCIEDADE ABERTA

Relatório e Contas

EXERCÍCIO 2004

Lugar do Espido -Via Norte- Maia

Contribuinte nº 500 204 128

*Matric. na Cons. Reg. Comercial do Maia
sob nº 1067*

Capital Social 700.000.000 EUR

Senhores Accionistas:

Em cumprimento da Lei e dos Estatutos da sociedade vimos apresentar a V. Exas o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2004.

O relatório e as demonstrações financeiras que aqui apresentamos referem-se exclusivamente à actividade individual da sociedade, sendo os aspectos relativos à actividade das participadas, tratados em relatório próprio.

1. Enquadramento Conjuntural dos Negócios

No ano de 2004 assistiu-se a uma melhoria do posicionamento da Sonae Indústria no negócio dos painéis derivados de madeira, permitindo um fortalecimento da situação financeira da empresa, bem como da rentabilidade da mesma, fruto de uma melhoria significativa no desempenho operacional.

A melhoria do desempenho operacional caracterizou-se pela conjugação de três factores: volumes, preços e custos.

No que respeita ao negócio dos painéis, em termos de volumes registou-se um crescimento de 12,8%, em que todas as geografias, excepto o Brasil, deram contributos positivos. A África do Sul e a Alemanha registaram crescimentos superiores a 20%, a França cerca de 18% e a Península Ibérica de 11%. Por linha de produto todos os produtos registaram crescimento de vendas com especial destaque para o OSB que teve um crescimento de 33,6%.

Em termos consolidados, o preço médio de venda cresceu 3,2%. Desde o fim de 2003 que vínhamo a assistir a uma melhoria gradual dos preços. Em meados de 2004 o preço médio consolidado ainda estava inferior ao do mesmo período de 2003, situação que se inverteu durante o segundo semestre de 2004.

Do lado dos custos variáveis, globalmente, o custo da madeira foi o que teve o comportamento mais negativo fortemente influenciado pelas subidas registadas no Brasil e no Canadá. Do lado dos produtos químicos, apesar dos acréscimos verificados no segundo semestre de 2004 devido à subida do preço do petróleo, em termos anuais o seu custo não sofreu variação significativa.

Do lado dos custos fixos, os programas de redução de custos que têm sido implementados estão a dar os seus frutos, verificando-se uma redução de 6,7% nos custos com o pessoal e um crescimento de 4,8% nos encargos gerais. Destes custos, apesar da contabilização como fixos, há uma parte significativa mesmos que estão directamente relacionados com a actividade, que cresceu 9,7%, o valor atingindo revela uma melhoria significativa.

Em termos dos mercados onde a empresa tem presença, o destaque vai para a Alemanha, onde o volume de vendas aumentou cerca de 20%, face ao ano de 2003, tendo a Glunz registado um resultado líquido positivo, pela primeira vez desde há 10 anos, Península Ibérica (com um aumento de 15% na produção de painéis de aglomerado), África do Sul (com um aumento de volume de negócios de 26% e, na fábrica de Panbult, um incremento de 13% na produção) e Canadá (com um crescimento de 13% no volume de negócios e, na parte produtiva, um crescimento de 20% na produção de placas revestidas a melamina) também se destacaram pela evolução conseguida ao longo deste ano, capitalizando sobre um ano de 2003 em que o desempenho havia sido já forte.

Em França e Reino Unido houve também uma melhoria da situação em termos operacionais, com a subsidiária francesa a obter em 2004 um recorde de produção de 1.154.300m³, que se traduz num incremento de 17,6% face a 2003, enquanto no Reino Unido, o destaque vai para a utilização de cerca de 95% de madeira reciclada no processo produtivo, que, apesar de ter estado na origem de alguns problemas, estão a ser tomadas medidas correctivas para os mesmos e houve uma melhoria no volume de negócios desta subsidiária de 2,5% face a 2003.

O Brasil, apesar do excesso de capacidade instalada no mercado e de um primeiro semestre em que o desempenho ficou aquém das expectativas, conseguiu no segundo semestre do ano recuperar algum desse terreno, permitindo que as vendas em valor tivessem ainda crescido cerca de 10,8%. O custo da madeira e o excesso de capacidade no mercado continuam, no entanto, a ser os focos de preocupação da Sonae Indústria para este país.

Perspectivas dos negócios para 2005

A chave para um negócio rentável em 2005 é a estabilidade da procura. Assistimos em 2004 à recuperação dos preços dos diferentes produtos, devido, essencialmente a um aumento da procura, não só nos mercados naturais onde a empresa actua, mas também nos mercados de exportação.

Esperamos que esta estabilidade se torne realidade em 2005, não sendo previsível qualquer aumento significativo na disponibilidade do produto, nem alteração importante do ambiente competitivo no curto prazo.

Não são esperadas variações significativas nos preços das matérias primas, após os aumentos no segundo semestre de 2004, a menos que algum factor exógeno e imprevisível aconteça.

2. Envolvente Económica

As principais economias mundiais evoluíram em 2004 sob indisfarçável heterogeneidade, em que um dos principais factores para este panorama é a desconfiança dos agentes económicos, por sua vez já saudosos de um clima económico liberto de perturbações exógenas – trate-se de instabilidade financeira, de oscilações abruptas nos preços do petróleo, ou da sucessiva eclosão de novos focos de tensão geopolítica. Na verdade, confirmou-se a aceleração do crescimento nos Estados Unidos. O vigor, embora em ténue abrandamento, dos mercados do Japão e da Ásia Oriental. E, na Europa Continental, uma retoma que, se já palpável, persiste em desenvolver-se sob maior lentidão – e ainda distante de uma genuína expansão sustentada. Não obstante, o volume de trocas comerciais a nível mundial veio a registar em 2004 um impulso ímpar em termos históricos (9,5%, após 3,6% em 2002 e 5,1% em 2003). No mesmo tom, o crescimento do PIB mundial evoluiu de 3,5% em 2003 para cerca de 5% em 2004 – níveis todavia provavelmente irrepetíveis nos anos mais próximos, à conta da persistente incerteza global e da titubeante confiança das famílias.

A economia portuguesa emergiu da recessão de 2003 (-1,2%), com um crescimento real estimado entre 1 e 1,5% consentido pela ligeira recuperação das exportações (7,3%) e pela reanimação da procura interna (1,8% face a -2,7% em 2003). O que, no entanto, não impediu novo passo divergente face à área do euro (crescimento de 1,8%). Embora os analistas não deixem de assinalar sinais de abrandamento no segundo semestre – indissociáveis do efeito

efemeramente induzido pela realização do Euro 2004 –, a retoma da procura interna veio fundamentalmente a assentar na dinâmica do consumo privado e do investimento empresarial, denunciando uma sensível inflexão do clima de expectativas junto das famílias e do sector dos negócios, cuja depressiva tendência se manifestava desde 2001.

No mesmo sentido, a queda do nível de emprego terá entretanto sido estancada, reflectindo-se num aumento muito ligeiro do desemprego (6,5% em final de ano). A tímida reanimação da actividade produtiva consentiu ainda que se estreitasse o diferencial de inflação face à média da área do euro. Assim, 2004 encerrou com uma inflação média no consumo (IPC) de 2,4% (3,3% em 2003), realidade confirmada pelo indicador harmonizado.

De toda a forma, voltou a expor-se uma das mais graves debilidades estruturais da economia, já que a melhoria da procura externa não terá, por si só, impedido novo agravamento do défice comercial – reflexo da retoma da procura interna, da escalada de cotações do crude e de uma deterioração dos termos de troca externos –, o qual terá ultrapassado os 6% do PIB em 2004. Admitindo que a gradual consolidação da retoma da economia nos anos mais próximos será inevitavelmente acompanhada da expansão do consumo privado e do investimento, é largamente provável o agravamento da dependência mercantil, com contributo negativo da procura externa líquida para o crescimento.

Ainda no plano estrutural, 2004 ficou assinalado por novas dificuldades de consolidação das finanças públicas e da observância do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Pelo terceiro ano consecutivo, o governo recorreu a expedientes extraordinários para minorar a amplitude do défice, num quadro de iniludíveis dificuldades de controlo e aplicação de cortes em certas categorias da despesa pública, e de preocupantes sinais no plano da sustentabilidade financeira da segurança social. Com efeito, embora as receitas fiscais excedessem o inicialmente orçamentado para 2004, as despesas correntes com pensões públicas, cresceram significativamente acima do que estava previsto. Factos que, aliás, motivam as organizações internacionais a invocar a premência de vigorosas reformas na administração pública, sistema fiscal e segurança social.

Num prognóstico fortemente condicionado pelo ritmo das economias europeias relevantes e pela instabilidade no mercado do petróleo, admite-se que o crescimento da economia portuguesa recupere, lentamente, em 2005 (2,2%) e 2006 (2,8%) todavia posicionando-se nesse horizonte ainda aquém de um patamar consentâneo com uma significativa descida do desemprego.

Em síntese, o quadro de referência em que, a curto prazo, se desenvolverá a actividade da Sonae irá seguramente manter-se condicionado pela confiança dos agentes económicos no plano global e pela evolução dos principais grandes desequilíbrios macroeconómicos, ainda

que, continue a ser determinante a dinâmica interna revelada por cada um dos principais mercados de implantação – em especial no tocante aos negócios do sector terciário.

Perspectivas económicas para 2005

Assim, no ano que agora se iniciou, e segundo a OCDE, estima-se para os Estados Unidos uma expansão do PIB na ordem dos 3,3%, no Japão o crescimento da economia deverá atingir os 2,1% e na Zona Euro é esperada uma expansão de 1,9%. Contudo, ainda persistem riscos a tomar em consideração. Gradualmente, à medida que a retoma económica se generaliza e atenua os excessos de capacidade instalada, os riscos de reacendimento de tensões inflacionistas convidarão ao endurecimento das condições monetárias. Por outro lado, o continuado agravamento do “dual deficit” da economia americana continuará a constituir-se, a par da incerteza geopolítica, a ameaça maior a uma recuperação económica generalizada e sustentável.

2. ACTIVIDADES DA SOCIEDADE GESTORA

A sociedade gestora, para além da gestão do seu portfólio de participações e definição das grandes linhas de orientação estratégica e acompanhamento da evolução do negócio das suas participadas, centrou a sua actividade na gestão da componente de financiamento das mesmas, nomeadamente de suporte ao investimento e cobertura de necessidades de tesouraria pontuais.

Adicionalmente, a sociedade gestora participou activamente na gestão da dívida financeira de curto prazo e de médio e longo prazo, através de uma política global de gestão financeira.

No contexto global das operações financeiras realizadas durante o período em referência, destacam-se as seguintes:

a) Aumentos de capital

Durante o exercício, a empresa procedeu a um aumento de capital de 500.000.000 de Euros para 700.000.000 de Euros através da Oferta Pública de Subscrição de 40.000.000 acções ordinárias, escriturais e ao portador, com o valor nominal de 5 euros cada, emitidas em

representação do mesmo, com subscrição reservada a accionistas no exercício do direito de preferência.

b) Empréstimos Obrigacionistas

No dia 15 de Outubro de 2004, a empresa procedeu à emissão de 1.600.000 obrigações no montante de 80.000.000 de Euros, denominada “Obrigações Sonae Indústria 2004”, por subscrição particular, cujo prospecto foi publicado no Boletim de Cotações Euronext nesse mesmo dia.

c) Empresas participadas

Com vista a uma reorganização da sua árvore de participações, a empresa procedeu às seguintes operações financeiras ao longo do exercício:

- Alienação de 900.000 acções da Tableros de Fibras, S. A. em Bolsa em Janeiro de 2004;
- Aquisição de 14.974.495 acções da Tableros de Fibras, S. A. em Bolsa em Janeiro de 2004;
- Cobertura de prejuízos na Maichave - Consultadoria e Gestão, S. A., no montante de 640.617 euros, realizada em Janeiro de 2004;
- Aquisição de 198.000 acções da Sonae Espanha à Sonae Tafibra – Gestão Comercial, S.A.
- Alienação de 500.000 acções Tableros de Fibras, S. A. em Bolsa em Julho de 2004;
- Liquidação da Sonae North America Inc. em Agosto de 2004.
- Cobertura de Prejuízos na Movelpartes - Componentes para a Indústria do Mobiliário, S. A. no montante de 1.097.036,18 €, em Setembro de 2004;
- Aumento de Capital na Glunz no montante de 65.127.000 €, em Setembro de 2004;
- Alienação de 1.550.000 acções da Tableros de Fibras, S. A. em Bolsa, em Novembro de 2004;
- Alienação de 5.100 acções da Maichave em Novembro de 2004;

3. INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

Durante o exercício não foram efectuados investimentos significativos pela Sociedade e suas filiais.

A Socelpac, SGPS, SA alienou, em 16 de Dezembro de 2004, à Sonae - SGPS, SA, 5.000 acções representativas de 50% do capital social da Imocapital - SGPS, SA, que por sua vez é titular de acções representativas de 65% do capital social e dos direitos de voto da Gescartão - SGPS, SA.

4. RECURSOS HUMANOS

A partir de Abril de 2004 os serviços partilhados corporativos foram incluídos na estrutura da Sonae Industria-SGPS,S.A.. Ao longo do ano, a empresa contou em média com 23 colaboradores, distribuídos da seguinte forma:

Quadros	5
Técnicos	16
Administrativos	2

Relativamente ao universo Sonae Indústria, reestruturação e enfoque na produtividade continuaram a ser os vectores chave da estratégia de recursos humanos seguida pela Sonae Indústria em 2004. A estes se adicionou uma terceira dimensão: o reforço de uma cultura organizacional resiliente de competência e rigor.

Como consequência desta focalização, diversas empresas desenvolveram programas de melhoria de produtividade. Em Dezembro de 2004, o grupo empregava 5.710 colaboradores, o que traduz uma diminuição de 19% (1.336 colaboradores), face a igual período de 2003. Parte desta diminuição foi gerada pela desconsolidação do negócio da Gescartão (816 colaboradores); no entanto, parte significativa deveu-se à profunda revisão dos processos de trabalho, acompanhada de diversas medidas sociais de apoio à reconversão, à procura de emprego e antecipação da idade de reforma, bem como à reestruturação da estrutura central das empresas.

Esta redução do número de colaboradores traduziu-se igualmente numa diminuição de 6,7% dos custos de pessoal. Os custos de pessoal acumulados a Dezembro de 2004, foram de

234,6 milhões de Euros (dos quais cerca de 28 milhões são referentes à Gescartão) face a 251,5 milhões de Euros em 2003, o que traduz uma redução de 14,9 milhões.

A redução do número de colaboradores aliada ao aumento de vendas da empresa traduziu-se num aumento de vendas por colaborador de 22%, no negócio de painéis, em comparação com 2003.

Em paralelo a este continuado esforço de reestruturação, outras acções foram realizadas, com o objectivo de fortalecer as equipas e as suas lideranças, assegurando assim um alinhamento com a estratégia da empresa de modo a possibilitar o seu desenvolvimento sustentado. Neste enquadramento são de relevar os seguintes aspectos:

- A consolidação dos processos corporativos de planeamento de recursos humanos e avaliação de desempenho, permitindo às empresas detectar necessidades e talentos internos e proporcionar novas oportunidades de desenvolvimento de carreira (82% dos nossos colaboradores têm menos de 39 anos de idade), tendo-se vindo a assistir a um alinhamento cada vez maior na utilização das ferramentas e metodologias utilizadas a nível global.

Força de trabalho por género e escalão etário*

Idade	Masculino	Feminino	Total
<= 23 a	3 %	1%	4 %
24 até 29 a	39%	10 %	49 %
30 até 39 a	25%	3 %	28%
40 até 49 a	15%	1%	16 %
=> 50 a	3%	ss	3 %
Total	86 %	14 %	100 %

*(França não incluída)

- A generalização de uma política corporativa de compensação para Quadros, adaptada aos variados mercados onde a empresa actua, com enfoque crescente na realização de objectivos pré-estabelecidos.

- A realização do encontro internacional de Quadros, com a duração de três dias, que envolveu cerca de 140 Quadros de Topo da Sonae Indústria provenientes de todos os países onde a organização está presente.

- A consolidação de uma forte cultura organizacional através do enfoque na comunicação interna, sendo este aspecto especialmente relevante, devido à dispersão geográfica e à diversidade cultural existente na empresa, com colaboradores de 25 diferentes nacionalidades.
- O desenvolvimento profissional e a segurança e bem estar dos nossos colaboradores, sendo que em 2004 o investimento na formação e desenvolvimento de todos os colaboradores envolveu cerca de 60 mil horas de formação em todo o mundo, sendo 27% deste total dedicado a Higiene e Segurança.

	2004	2003	Var.
Absentismo (% of horas de trabalho)	4,3%	4,8%	-0.5 pp
Tempo de formação (horas)*	60.000	55.000	+9.%
Formação em Higiene e Segurança* (% tempo total de formação)	27%	19%	+27%

(*Alemanha não incluída)

Finalmente, uma nota sobre o nosso empenho em analisar em profundidade e promover as acções necessárias no que respeita à protecção de minorias e grupos socialmente desfavorecidos, nomeadamente na África do Sul.

Este importante tema foi acompanhado pela Comissão de Responsabilidade Social e Ambiente, pretendendo-se que continue a ser desenvolvido durante o exercício de 2005.

5. ACCÕES PRÓPRIAS

No decorrer do exercício de 2004 a Sociedade não adquiriu ou alienou acções próprias. A 31 de Dezembro de 2004 a empresa não detinha quaisquer acções próprias.

6. RESULTADOS

O resultado líquido do exercício ascendeu a 1.373.693,63 Euros

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Conforme consta do Balanço e Contas, os resultados líquidos do exercício foram de 1.373.693,63 Euros.

Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação de resultados:

Reservas legais.....EUR 68.684,68;

Reservas livres.....EUR 1.305.008,95.

Maia, 28 de Fevereiro de 2005

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo

Carlos António Rocha Moreira da Silva

Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar

José António Comesana Portela

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Diogo António Rodrigues da Silveira

Christian Gunther Schwarz

Stefan Colin Collignon

Hans-Georg Brodach

Angel Manuel Garcia Altozano

José Alvaro Cuervo Garcia

Per Otto Knuts

Knut Thomas Alarik Nysten

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Belmiro Mendes de Azevedo

Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2004
	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)					49.999.997
Imparfin, SGPS, SA (2)					150.000
Sonae, SGPS, SA					14.901
Sonae.com, SGPS, SA					75.537

Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2004
	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA					
Sonae, SGPS, SA					949.983.715
Pareuro, BV (2)					20.000
Sonae.com, SGPS, SA	24.03.2004	1.000	3.08		1.000
(2) Pareuro, BV					
Sonae, SGPS, SA					108.820.695
(3) Imparfin, SGPS, SA					
Sonae, SGPS, SA					4.105.273

Álvaro Carmona e Costa Portela

Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2004
	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	
Sonae, SGPS, SA					25.934
Sonae.com, SGPS, SA					5.000
Venda	08.03.2004		30.000	3,42	
Venda	09.03.2004		10.462	3,45	
Venda	12.03.2004		148	3,16	
Venda	12.03.2004		5.000	3,156	
Venda	12.03.2004		3.107	3,15	
Venda	17.03.2004		6.083	3,15	

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2004
	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	
Sonae.com, SGPS, SA					0
Venda	05.03.2004		59.800	3,41	

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2004
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Imparfin, SGPS, SA (3)						150.000
Sonae, SGPS, SA						277.486
Sonae.com, SGPS, SA						278.967
Acções entregues ao abrigo do Plano de Atribuição Diferida de Acções	01.04.2004	14.092	0			

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2004
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA						949.983.715
Pareuro, BV (2)						20.000
Sonae.com, SGPS, SA	24.03.2004	1.000	3,08			1.000
(2) Pareuro, BV						108.820.695
Sonae, SGPS, SA						
(3) Imparfin, SGPS, SA						4.105.273
Sonae, SGPS, SA						

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2004
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	
Sonae, SGPS, SA						4.564
Sonae.com, SGPS, SA						60.070

Nuno Miguel Teixeira de Azevedo

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2004
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Sonae, SGPS, SA						14.320
Sonae.com, SGPS, SA						0
Venda	04.03.2004			29.900	3,41	

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2004
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA						949.983.715
Pareuro, BV (2)						20.000
Sonae.com, SGPS, SA	24.03.2004	1.000	3,08			1.000
(2) Pareuro, BV						108.820.695
Sonae, SGPS, SA						

Carlos Francisco de Miranda Guedes Bianchi de Aguiar

Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2004
	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	
Sonae, SGPS, SA					10.620

Jose Antonio Comesaña Portela

Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2004
	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	
Tableros de Fibras, S.A.					57.024

	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2004
	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA					
Sonae, SGPS, SA					949.983.715
Pareuro, BV (2)					20.000
(2) Pareuro, BV					
Sonae, SGPS, SA					108.820.695
(3) Imparfin, SGPS, SA					
Sonae, SGPS, SA					4.105.273

Michel Marie Bon

Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2004
	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	
Sonae, SGPS, SA					13.363

Luiz Felipe Palmeira Lampreia

Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2004
	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	
Sonae, SGPS, SA					14.970

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

	<u>Número de acções a 31/12/04</u>
Efanor Investimentos,SGPS,SA Sonae, SGPS,SA Pareuro,BV	949.983.715 20.000
Pareuro,BV Sonae, SGPS,SA	108.820.695
Sonae,SGPS,SA Sonae Indústria,SGPS,SA	135.832.446

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Em cumprimento ao artº. 6º., alínea e) do Regulamento da CMVM nº. 04/2004, com as alterações introduzidas pelo Regulamento nº. 24/2000, indicamos os titulares de participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2004:

% Direitos		
Accionista	Nº. De acções	de voto
Sonae, SGPS, S. A.	135.832.446	97,02%

Sonae Indústria - SGPS,S.A.

Balanços Analíticos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

Activo	2004			Euros
	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação.....	6.163.636	6.156.187	7.449	15.901
Despesas investigação e desenvolvimento.....	153.114	111.656	41.458	12
Propriedade industrial e outros direitos.....				
Trespasses.....				
Imobilizações em curso.....				
Adiantam. por conta de imobilizações incorpóreas.....				
Diferenças de consolidação.....				
	6.316.750	6.267.844	48.906	15.913
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais.....				
Edifícios e outras construções.....				
Equipamento básico.....	17.933	4.146	13.786	
Equipamento de transporte.....				
Ferramentas e utensílios.....				
Equipamento administrativo.....	130.336	109.840	20.496	8.777
Taras e vasilhame.....				
Outras imobilizações corpóreas.....				
Imobilizações em curso.....				
Adiantam. por conta de imobilizações corpóreas.....				
	472.475		472.475	
	620.744	113.986	506.758	8.777
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo.....	699.554.051		699.554.051	685.392.666
Empréstimos a empresas do grupo.....	41.393.697	400.905	40.992.792	45.848.086
Partes de capital em empresas associadas.....				
Empréstimos a empresas associadas.....				
Titulos e outras aplicações financeiras.....	196.788		196.788	196.788
Outros empréstimos concedidos.....	559.298.081		559.298.081	264.988.484
Imobilizações em curso.....				
Adiant. p/ conta investimentos financeiros.....				
	1.300.442.617	400.905	1.300.041.712	996.426.024
CIRCULANTE				
Existências:				
Materias primas, subsidiárias e de consumo.....				
Produtos e trabalhos em curso.....				
Subprodutos desperd./resíduos e refugos.....				
Produtos acabados e intermédios.....				
Mercadorias.....				
Adiantamentos p/ conta de compras.....				
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
Clientes c/c.....				
Clientes - Títulos a receber.....				
Adiantam. a fornecedores.....				
Estado e outros entes públicos.....				
Outros devedores.....				
				4.831
				4.831
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Clientes c/c.....	449.868		449.868	
Clientes - Títulos a receber.....				
Clientes de cobrança duvidosa.....				
Empresas do grupo.....	12.860.753		12.860.753	92.765.797
Empresas participadas e participantes.....				
Outros accionistas.....				
Adiantam. a fornecedores.....				
Adiantam. a fornecedores de imobilizado.....				
Estado e outros entes públicos.....	306.410		306.410	418.897
Outros devedores.....	80.401		80.401	2.161.293
Subscritores de capital.....				
	13.697.433		13.697.433	95.345.987
Titulos negociáveis:				
Obrigações em empresas associadas.....	3.606.073		3.606.073	3.606.073
Outros títulos negociáveis.....				
Outras aplicações de tesouraria.....	29.506.779		29.506.779	45.960.087
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários.....	1.281.265		1.281.265	292.383
Caixa.....	700		700	203
	1.281.965		1.281.965	292.586
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de proveitos.....	62.741		62.741	657.627
Custos diferidos.....	1.922.760		1.922.760	
	1.985.501		1.985.501	657.627
		6.381.830		
		400.905		
Total do activo	1.357.457.862		1.350.675.127	1.142.317.905

O Director Administrativo e Financeiro

O Conselho de Administração

Sonae Indústria - SGPS,S.A.

Balanços Analíticos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

Euros

Capital Próprio e Passivo	2004	2003
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital.....	700.000.000	500.000.000
Acções próprias - valor nominal.....		
Acções próprias - descontos e prémios.....		
Acções próprias - acções remivéis.....		
Prestações suplementares.....		
Prémios de emissão de acções.....	135.339.049	135.339.049
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas.....		
Reservas de reavaliação.....		
Reservas:		
Reservas legais.....	9.695.354	3.297.117
Reservas estatutárias.....		
Reservas contratuais.....		
Outras reservas.....		
Reservas livres.....	167.126.889	50.748.556
Subsídios.....	70.276	70.275
Doações.....		
Reservas outras.....		
Resultados transitados.....		-5.188.172
	1.012.231.567	684.266.825
Resultado líquido do exercício	1.373.694	127.964.741
Total dos capitais próprios	1.013.605.260	812.231.566
PASSIVO		
Provisões para riscos e encargos:		
Provisões para pensões.....		
Provisões para impostos.....		
Outras provisões para riscos e encargos.....		
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
Convertíveis.....		
Não convertíveis.....		
Dívidas a instituições de crédito.....		
Adiantamentos por conta de vendas.....		
Fornecedores c/c.....		
Fornecedores - Títulos a pagar.....		
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar.....		
Empresas do grupo.....		
Empresas participadas e participantes.....		
Outros acionistas (sócios).....		
Adiantamentos de clientes.....		
Outros empréstimos obtidos.....		
Fornecedores de imobilizado c/c.....		
Estado e outros entes públicos.....		
Outros credores.....		
Subscritores de capital MLP.....		
	35.411.751	214.053.790
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
Convertíveis.....		
Não convertíveis.....		
Dívidas a instituições de crédito.....		
Adiantamentos por conta de vendas.....		
Fornecedores c/c.....		
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência.....		
Fornecedores - Títulos a pagar.....		
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar.....		
Empresas do grupo.....		
Empresas participadas e participantes.....		
Outros acionistas (sócios).....		
Adiantamentos de clientes.....		
Outros empréstimos obtidos.....		
Fornecedores de imobilizado c/c.....		
Estado e outros entes públicos.....		
Outros credores.....		
	489.257	359.593
	9	765.241
	300.445.344	115.923.601
Acrescimos e diferimentos		
Acréscimos de custos.....		
Proveitos diferidos.....		
	1.212.772	108.948
	1.212.772	108.948
Total do passivo	337.069.867	330.086.339
Total do capital próprio e do passivo	1.350.675.127	1.142.317.905

O Director Administrativo e Financeiro

O Conselho de Administração

Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2004

Euros

	2004		2003	
CUSTOS E PERDAS				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias.....				
Matérias-Primas.....				
Fornecimentos e serviços externos		1.465.555		210.285
Custos com o pessoal:				
Remunerações.....	1.339.388		19.000	
Encargos sociais:				
Pensões.....		1.506.168		
Outros.....	166.779			19.000
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	41.334		415.318	
Provisões.....		41.334		415.318
Impostos.....	138.428		116.938	
Outros custos operacionais.....	22.817	161.245	929	117.867
(A)				
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros.....		3.174.302		762.470
Juros e custos similares:				
Relativos a empresas do grupo.....	12.594.003		14.068.634	
Outros.....	855.557	13.449.560	560.739	14.629.373
(C)				
Perdas relativas a empresas associadas.....		17.024.766		15.391.843
Custos e perdas extraordinárias		1.163.203		377.991
(E)				
Imposto sobre o rendimento do exercício		18.187.969		15.769.834
(G)				
Resultado líquido do exercício		5.558		231
(G)				
Resultado líquido do exercício		18.193.527		15.770.065
(G)				
Resultado líquido do exercício		1.373.694		127.964.741
(G)				
Resultado líquido do exercício		19.567.221		143.734.806
Proveitos e ganhos				
Vendas:				
Mercadorias.....				
Produtos.....				
Prestação de serviços				
Variação da produção.....				
Trabalhos para a própria empresa.....				
Proveitos suplementares				
Subsídios à exploração.....				
Outros proveitos e ganhos operacionais				
(B)				
Ganhos de participações de capital:				
Relativos a empresas do grupo.....				
Relativos a outras empresas.....				
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
Relativos a empresas do grupo.....	15.503.828		1.953.506	
Outros.....	59.916			
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas do grupo.....				
Outros.....	901.070		19.603.751	
(D)				
Ganhos relativos a empresas associadas.....	1.681	16.466.495	95.632	21.652.889
Proveitos e ganhos extraordinários				
(F)				
(F)		19.119.453		21.652.889
(F)				
(F)		447.767		122.081.917
(F)				
(F)		19.567.221		143.734.806
Resumo:				
Resultados operacionais: (B) - (A) =			-521.343	-762.470
Resultados financeiros: [(D) - (B)] - [(C) - (A)] =			2.616.030	7.023.516
Resultados correntes: (D) - (C) =			2.094.687	6.261.046
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			1.379.251	127.964.972
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =			1.373.694	127.964.741

O Director Administrativo e Financeiro

O Conselho de Administração

SONAE INDUSTRIA,SGPS,SA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 2004 E 2003

	(Euros)	
	2004	2003
Vendas e prestações de serviços	2.393.686	
Custo das vendas e prestação de serviços	-2.325.164	
RESULTADOS BRUTOS	68.522	0
Outros proveitos e ganhos operacionais	118.295	
Custos de distribuição	-669.256	-661.167
Custos administrativos	-38.905	-20.202
Outros custos e perdas operacionais		
RESULTADOS OPERACIONAIS	-521.344	-681.369
Custo líquido de financiamento	2.616.030	6.942.414
Ganhos ou perdas em filiais e associadas		121.420.956
Ganhos ou perdas em outros investimentos		
Resultados não usuais ou não frequentes	-715.436	282.970
RESULTADOS CORRENTES	1.379.250	127.964.971
Imposto sobre o Rendimento do exercício - Imposto Corrente	-5.558	-231
RESULTADOS CORRENTES APÓS IMPOSTOS	1.373.694	127.964.741
Resultados extraordinários		
Impostos sobre os Resultados Extraordinários		
RESULTADOS LÍQUIDOS	1.373.694	127.964.741
RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO POR ACÇÃO	0,012800	1,279647

O Director Administrativo e Financeiro

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Valores expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Sonae Indústria, SGPS, S.A. é uma sociedade anónima, com acções cotadas na Euronext Lisboa, com sede na Maia e que tem como actividade principal a gestão de participações sociais (Nota 16).

A informação constante deste anexo segue a estrutura e numeração propostas pelo Plano Oficial de Contabilidade, sendo apenas apresentadas as notas cuja informação é relevante para a leitura das demonstrações financeiras da Sonae Indústria, SGPS, SA.

1. DISPOSIÇÕES DO POC DERROGADAS NO EXERCÍCIO

Nas demonstrações financeiras não foi aplicado o método da equivalência patrimonial previsto pela Directriz Contabilística nº 9/92, por se considerar que, apresentando esta sociedade demonstrações financeiras consolidadas, a aplicação do referido método nas contas individuais continuaria a não traduzir uma imagem apropriada da composição do património e actividades desenvolvidas pelo conjunto da Sociedade com as suas filiais. Adicionalmente, a aplicação deste método, quando a Sociedade apresenta demonstrações financeiras consolidadas, não é obrigatório no normativo internacional.

2. COMPARABILIDADE DAS CONTAS COM O EXERCÍCIO ANTERIOR

A partir de Abril de 2004 a sociedade assumiu vários serviços corporativos que estavam até então afectos a outra empresa do grupo, pelo que a comparabilidade das contas com o exercício anterior é afectada por essa situação, nomeadamente das rubricas da demonstração dos resultados "Fornecimentos e serviços externos", "Custos com o pessoal" e "Prestações de serviços".

3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios contabilísticos da continuidade das operações, da especialização dos exercícios e do custo histórico, e foram utilizados os seguintes critérios valorimétricos e políticas contabilísticas:

a) Activo imobilizado incorpóreo

O activo imobilizado incorpóreo é apresentado ao custo de aquisição e é amortizado pelo método das quotas constantes durante um período de 3 anos.

b) Activo imobilizado corpóreo

O imobilizado é registado ao custo de aquisição, sendo as amortizações calculadas segundo o método das quotas constantes, com aplicação das taxas mínimas da portaria nº. 737/81 e do decreto regulamentar nº. 2/90.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição adicionado das despesas de compra ou, no caso dos empréstimos concedidos a empresas interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. As perdas permanentes de valor estimadas na realização das participações financeiras e empréstimos, encontram-se registadas na rubrica provisão para investimentos financeiros.

Na venda de participações financeiras, a Sociedade utiliza o custo médio como método de custeio.

d) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria são registados ao mais baixo do custo de aquisição, incluindo os gastos adicionais de compra mas excluindo eventuais parcelas de rendimentos correspondentes ao tempo decorrido, ou valor de mercado.

e) Dívidas de e a Terceiros

As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação.

À data do balanço as dívidas resultantes dessas operações (excepto as incluídas nas rubricas de investimentos financeiros), em relação às quais não exista fixação de câmbio, são actualizadas com base no câmbio dessa data, sendo as respectivas diferenças de câmbio, se negativas e/ou positivas de curto prazo, reconhecidas como resultados do exercício e, se positivas de médio e longo prazo, diferidas. Caso existam expectativas razoáveis de que o ganho é reversível, o mesmo é transferido para resultados no exercício em que se realizam os pagamentos ou recebimentos, totais ou parciais, das dívidas com que estão relacionadas e pela parte correspondente a cada pagamento ou recebimento.

f) Reconhecimento de custos e proveitos

A sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

g) Imposto sobre o rendimento

O imposto do exercício sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da sociedade de acordo com as regras fiscais em vigor e considera, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

Os impostos diferidos, quando relevantes, são calculados em conformidade com o disposto na Directriz Contabilística nº 28 e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias. Os activos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

6. IMPOSTOS

A sociedade não registou nas suas demonstrações financeiras impostos diferidos, por não existirem diferenças temporais materialmente relevantes entre o reconhecimento de despesas e receitas para fins contabilísticos e de tributação, excepto para os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais que, numa base de prudência, não são registados. Em 31 de Dezembro de 2004, os prejuízos fiscais reportáveis acumulados, ascendiam de acordo com os registos contabilísticos e declarações de impostos a aproximadamente 7.310.000 Euros.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA SOCIEDADE

Durante o exercício de 2004 o número médio de colaboradores foi de 23 e distribuiu-se da seguinte forma:

Quadros	5
Técnicos	16
Administrativos	2

8. DESPESAS DE INSTALAÇÃO E DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Não ocorreram variações significativas no saldo da rubrica de Despesas de Instalação durante o exercício.

10. MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do activo immobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões podem ser resumidos como segue:

Activo Bruto	Euros			
	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	6.163.636			6.163.636
Despesas Investigacao e Desenvolvimento	90.928	62.186		153.114
	6.254.564	62.186		6.316.750
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento básico		15.913	3.114	5.133
Equipamento administrativo	110.620	19.331		385
Imobilizado em curso		727.052	249.059	-5.518
	110.620	762.296	252.173	472.475
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	685.233.028	18.511.678	4.350.293	23
Empréstimos a empresas do grupo	45.848.086	500.905	4.955.294	41.393.697
Partes de capital em empresas associadas		159.615		159.615
Empréstimos a empresas associadas				
Titulos e outras aplicações financeiras		196.811		-23
Outros empréstimos concedidos	264.988.484	308.230.897	29.087.354	15.166.055
	996.426.024	327.243.479	38.392.941	559.298.081
				1.300.442.617

O montante de 15.166.055 euros evidenciado na coluna "Transferências e abates" referente à rubrica "Outros empréstimos concedidos" respeita essencialmente a transferência de saldo de suprimentos concedidos à Taiber (subsidiária da Tafisa), os quais se encontravam registados em rubrica de dívidas de terceiros de curto prazo. O aumento na rubrica de "Partes de capital em empresas do grupo" inclui o montante de 16.773.950 euros relativo à aquisição em bolsa de acções da Tafisa.

Amortizações e Provisões					Euros
Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	6.147.736	8.451			6.156.187
Despesas Investigacao e Desenvolvimento	90.916	20.739			111.655
	6.238.652	29.190			6.267.842
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento básico		4.146			4.146
Equipamento administrativo	101.843	7.998			109.840
	101.843	12.144			113.986
Investimentos financeiros:					
Empréstimos a empresas do grupo		400.905			400.905
	400.905	400.905			400.905

12. DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Em 31 de Dezembro de 2004 não existiam bens reavaliados no imobilizado da sociedade.

14. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E EM CURSO

As imobilizações corpóreas estão afectas à actividade da sociedade.

16. RELAÇÃO DAS EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2004, a Sociedade detinha as seguintes participações em empresas do grupo e associadas:

Firma	% de Participação	Euros	
		Capitais Próprios	Resultados exercício
		31.12.2004	2004
Ecociclo - Energia e Ambiente, S. A.	100	-255.969	-261.860
Euroresinas - Indústrias Químicas, S. A.	100	5.374.390	1.053.944
Ipaper - Industria Papeis Impregnados,SA	49	142.651	-7.349
Maiequipa, Gestão Florestal, S. A.	100	462.029	-61.419
Movel partes - Comp. Para Ind. de Mobil. , S. A.	100	3.212.701	-1.121.427
Resoflex - Mobil. e Equipam. de Gestão, S. A.	100	2.678.105	1.650.836
Sonae Indústria de Revestimentos, S. A.	99,98	34.438.447	2.877.050
Socelpac, SGPS, S. A.	100	44.933.438	-75.020.729
Sonae - Serviços de Gestão, S. A.	100	2.053.551	74.176
Sonae Indústria Brasil, Lda	100	192.337	-3.204 a)
Sonaegest Soc. Gest. Fundos Imobiliários, S. A.	20	1.386.651	-18.582 a)
Tafisa - Tableros de Fibras, S. A.	83,82	154.158.460	2.654.295

A empresa integra o perímetro de consolidação da Sonae, SGPS, S. A. com sede no lugar de Espido, Via Norte, Maia.

a) Sociedade não incluída no perímetro de consolidação social da Sonae Indústria, SGPS, SA, por imaterialidade.

Os créditos obtidos de empresas do grupo a 31 de Dezembro de 2004 estão distribuídos da seguinte forma:

Médio e Longo Prazo

Sonae,SGPS,S.A.	35.411.751
-----------------	-------------------

Curto Prazo

Agloma -Sociedade Indústrial de Madeira Aglomerada,S.A.	218.730.505
Sonae Indústria - Produção e Comercialização de Derivados de Madeira,S.A.	56.135.000
Somit Imobiliária,S.A	69.916.000
Somite Imobiliária,S.A	15.310.000
Sonae Indústria de Revestimentos, S. A.	6.784.000
Ipaper - Industria Papeis Impregnados,SA	30.500
Resoflex - Mobil. e Equipam. de Gestão, S. A.	1.300.500
Socelpac, SGPS, S. A.	69.254.505

27. OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS SIMILARES EMITIDOS PELA SOCIEDADE

OBRIGAÇÕES SONAE INDÚSTRIA/04

No dia 15 de Outubro de 2004,a empresa procedeu à emissão de 1.600.000 obrigações, no montante de Eur 80.000.000.O reembolso será efectuado numa única prestação no final do prazo de 5 anos.O juros são calculados à taxa Euribor de 6 meses acrescida de 0,875% a.a e serão pagos semestralmente nos dias 15 de Abril e 15 de Outubro de cada ano.

31. COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO EVIDENCIADOS NO BALANÇO

Durante o exercício de 2002, a Sonae Indústria, SGPS, S.A., conjuntamente com o seu principal accionista, Sonae SGPS, S. A. e com a sua filial Glunz AG, efectuaram um contrato de financiamento junto do Banco Europeu de Investimento, no montante de 119 000 000 euros, o qual estabelece que as três sociedades são solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações decorrentes do mesmo.

Em Março de 2004, a Sonae Industria, SGPS, S.A. constituiu, a favor da CGD, um penhor no montante de 2.162.162 Euros sobre um financiamento efectuado pelo Unibanco - União de Bancos Brasileiros,S.A.
À Tafisa Brasil,S.A.

As rendas vincendas de contratos de aluguer de longa duração ascendem a 149.062 euros .

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2004, a Sociedade tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

	Euros
1ª Repartição de finanças da Maia	357.258
Banco Europeu de Investimento	119.000.000
Outros	1.750.000
Unibanco - União de Bancos Brasileiros,S.A.	3.888.889

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos de natureza fiscal para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento da Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sociedade.

35. MOVIMENTO OCORRIDO NO CAPITAL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 verificou-se um aumento do capital social da Sociedade de 500.000.000 Euros para 700.000.000 Euros (Nota 38).

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2004 o capital social está representado por 140.000.000 de acções ordinárias ao portador e escriturais, com o valor nominal de 5 Euros.

37. PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL SUPERIOR OU IGUAL A 20%, POR PESSOAS COLECTIVAS

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2004:

Sociedade	%
Sonae SGPS, S. A.	97,02

38. AUMENTO DO CAPITAL NO EXERCÍCIO

Em 25 de Outubro de 2004 o capital foi aumentado em 200.000.000 Euros, representado por 40.000.000 novas acções de valor nominal de 5 Euros cada uma, totalmente subscritas e realizadas em dinheiro.

40. MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO NAS RUBRICAS DE CAPITAIS PRÓPRIOS

Os movimentos ocorridos nas rubricas de capitais próprios durante o exercício de 2004 foram como segue:

Rubricas	Euros			
	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital social	500.000.000	200.000.000		700.000.000
Acções Próprias:				
Valor nominal				
Desconto e prémios				
Prestações suplementares				
Prémios de emissão de acções	135.339.049			135.339.049
Ajustamento de partes de capital em empresas do grupo e associadas				
Reservas de reavaliação				
Reservas				
- Reservas legais	3.297.117			6.398.237
- Reservas estatutárias				9.695.354
- Reservas contratuais	70.275			70.275
- Outras reservas	50.748.556			116.378.332
Resultados Transitados	-5.188.172			5.188.172
Resultado Líquido	127.964.741	1.373.694	-127.964.741	1.373.694
	812.231.566	201.373.694		1.013.605.259

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

43. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração durante o exercício de 2004 ascenderam a 656.059 euros.

44. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇO POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

O montante relativo a prestações de serviços corresponde a montantes facturados por serviços prestados a empresas do Grupo Sonae Indústria.

45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

	Euros	
	2004	2003
Custos e perdas		
Juros suportados	13.251.408	14.580.574
Amortização de investimentos em imóveis		
Provisões para aplicações financeiras	400.905	
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1.635	1.863
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		
Outros custos e perdas financeiras	196.516	46.936
Resultados financeiros	<u>2.616.030</u>	<u>7.023.516</u>
	16.466.495	21.652.889
Proveitos e ganhos		
Juros obtidos	16.466.199	21.571.788
Rendimentos de imóveis		
Rendimentos de participações de capital		
Diferenças de câmbio favoráveis	295	81.101
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
Outros proveitos e ganhos financeiros	1	
	16.466.495	21.652.889

46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

	euros	
	2004	2003
Custos e perdas		
Donativos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em existências		
Perdas em imobilizações	1.162.562	377.789
Multas e penalidades	178	
Aumentos de amortizações e provisões		202
Aumentos de amortizações		
Correcções relativas a exercícios anteriores	340	
Outros custos e perdas extraordinárias	123	
Resultados extraordinários	<u>-715.436</u>	<u>121.703.926</u>
	447.767	122.081.917
Proveitos e ganhos		
Restituição de impostos		
Recuperação de dívidas		
Ganhos em existências		
Ganhos em imobilizações	384.167	121.798.745
Benefícios de penalidades contratuais		
Reduções de amortizações e provisões		
Reduções de amortizações		
Reduções de provisões		
Correcções relativas a exercícios anteriores	63.599	220.330
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1	62.842
	447.767	122.081.917

47. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nº 4 do Artº 5º do Decreto-Lei nº 318/94

						Euros
Créditos de empresas participantes						
Sociedade	Saldo					Saldo
	Inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências		Final
Sonae SGPS, S. A.	214.053.790		200.000.000	11.681.015	25.734.815	
						milhares de Escudos
Créditos a empresas participadas						
Sociedade	Saldo					Saldo
	Inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências		Final
Euroresinas, Indústrias Químicas, S. A.	17.002.701		1.719.000	16	15.283.717	
Ecociclo - Energia e Ambiente, S. A.	299.892				299.892	
Maiequipa, Gestão Florestal, S. A.	331.617				331.617	
Movel partes - Comp. Pº Indústria de Mobiliário, S. A.	2.768.918		2.416.294		352.624	
Socelpac,SGPS,S.A.	24.624.943				24.624.943	
Sonae Indústria de Revestimentos, S. A.	820.000		820.000		0	
Sonae Espanha		400.905			400.905	
Taiber - Tableros Aglomerados Ibéricos, S. L.	264.988.484	308.230.896	29.087.354	15.166.055	559.298.081	
	310.836.555	308.631.801	34.042.648	15.166.071	600.591.778	

48. OUTRAS INFORMAÇÕES

1) EMPRÉSTIMOS DE FINANCIAMENTO CONCEDIDOS E NÃO REMUNERADOS

Os saldos de suprimentos concedidos e não remunerados existentes à data de 31.12.2004 eram como segue:

	Euros	
	31.12.2003	31.12.2004
- Socelpac, SGPS, SA	24.624.943	24.624.943
- Sonae Espanha	400.905	

SONAE INDÚSTRIA, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ACTIVIDADES OPERACIONAIS:

	2004	2003
Recebimento de Clientes	1.981.649	
Pagamentos a fornecedores	-182.756	67.433
Pagamentos ao Pessoal	1.099.326	14.252
Fluxo Gerado Pelas Operações	1.065.079	-81.685
Pagamento/recebimento imposto s/rendimento	-73.492	48.817
Outros recebim./pagam.rel.à activ.operacional	71.900.453	222.584
Fluxos gerados antes rubricas extraordinárias	73.039.024	189.716
Recebimentos relac. c/rubricas extraordinárias	63.600	283.172
Pagam. relac. c/rubricas extraordinárias	641	
Fluxo das actividades operacionais [1]	73.101.983	472.888

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:

Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	45.366.125			144.533.394
Imobilizações corpóreas	252.173			689
Imobilizações incorpóreas				57.154
Juros e proveitos similares	23.726.556	69.344.854		6.828.613
				151.419.850
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	334.478.487			315.982.566
Imobilizações corpóreas	762.296			505
Imobilizações incorpóreas	62.187	335.302.970		56.799
				316.039.870
Variação de empréstimos concedidos		15.166.055		165.822.037
Fluxo das actividades investimento [2]		-281.124.171		1.202.017

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:

Recebimentos provenientes de:				
Aumentos capital, prest.supl.,pr.emissão	200.000.000			
Empréstimo Obrigacionista não convertível MLP	80.000.000	280.000.000		
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	14.822.514			21.803.912
Dividendos pagos				
Outros		14.822.514		21.803.912
Variação de empréstimos obtidos		-62.675.666		36.771.086
Fluxo das actividades de financiamento [3]		-77.498.180		14.967.174
Variação de caixa e seus equivalentes		-5.520.368		16.642.079
Caixa e seus equivalentes início período		39.907.775		23.265.696
Caixa e seus equivalentes no fim do período		34.387.407		39.907.775

O Director Administrativo e Financeiro

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA,SGPS,S.A.

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Valores expressos em euros)

1. AQUISIÇÃO/ALIENAÇÃO DE PARTES DE CAPITAL

Relativamente à aquisição ou alienação de partes de capital ocorridos no exercício de 2004 é de referir o seguinte:

a) Preço total

	<u>2004</u>
Alienação:	
Venda de 2.950.000 acções da Tafisa,SA	4.105.621
Venda de 5.100 acções da Ipaper,SA	23.820

	4.129.441
	=====
Aquisição:	
Venda de 14.974.495 acções da Tafisa,SA	16.773.950

	16.773.950
	=====

b) Parcada do preço que foi pago ou recebido

Os pagamentos e recebimentos relativos a estas aquisições/alienações processaram-se através do caixa ou seus equivalentes.

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2004 é como segue:

	<u>2004</u>
Caixa	700
Depósitos bancários (saldos devedores)	1.281.265
Depósitos bancários (saldos credores)	7.410
Outras aplicações de tesouraria	29.506.779
Obrigações e títulos participação em empresas grupo	3.606.073

Caixa e seus equivalentes	34.387.407
	=====

5. OUTRAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS À COMPREENSÃO DA DEMONSTRAÇÃO FLUXOS CAIXA

a) Na rubrica “Recebimentos provenientes de actividades de financiamento” estão incluídos o aumento de capital registado de 200.000.000 euros e a emissão do empréstimo obrigacionista no montante de 80.000.000 euros.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2004 ACOMPANHADAS DA
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE
AUDITORIA**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 1.350.675.127 Euros e capitais próprios de 1.013.605.260 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.373.694 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Empresa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - NIPC: 501 776 311 - Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 11.743
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa

Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt
- Porto: Edifício Aviz, Av. da Boavista, 3523 - 1º, 4100-139 Porto - Tel: +(351) 226 191 300 - Fax: +(351) 226 101 204

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

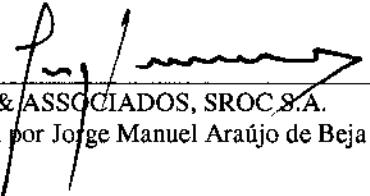
Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam, de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na nota 3 c) do Anexo, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são apresentados ao mais baixo dos valores de custo de aquisição ou valor de realização, sendo este suportado em projecções financeiras. A Empresa prepara nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas que melhor apresentam a posição financeira e o resultado das operações do conjunto formado pela Empresa, suas filiais e associadas, para publicação em separado.

Porto, 28 de Fevereiro de 2005


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CONTAS INDIVIDUAIS

Aos Accionistas da
Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A. ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

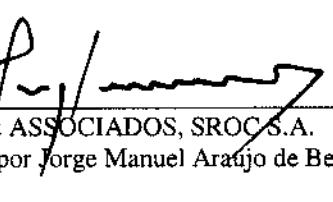
Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2004, as Demonstrações de resultados por naturezas e por funções, a Demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2004 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria a qual contém no seu parágrafo 6 uma ênfase.

Face ao exposto, e tendo em consideração o exposto no parágrafo 6 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele incluída estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 28 de Fevereiro de 2005


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - NIPC: 501 776 311 - Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 11.743
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa

Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Edifício Aviz, Av. da Boavista, 3523 - 1º, 4100-139 Porto - Tel: +(351) 226 191 300 - Fax: +(351) 226 101 204

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S. A.

Sede social: Lugar do Espido, Via Norte, Maia
Matriculada na C.R.C. da Maia sob o nº 1067

Capital Social: 700 000 000 euros
Pessoa Colectiva nº 500 204 128
Sociedade Aberta

Relatório e Contas Consolidadas de 2004

28 de Fevereiro de 2005

Índice

A. Relatório do Conselho de Administração

- I. Enquadramento Económico**
- II. Resultados Consolidados**
- III. Perspectivas**
- IV. Proposta de Dividendos**
- V. Notas finais**

B. Relatórios Social e de Desempenho Ambiental

- I. Relatório Social**
- II. Relatório Ambiental**

C. Relatório sobre o Governo da Sociedade

D. Demonstrações Financeiras Consolidadas
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

A. Relatório do Conselho de Adminsitração

Senhores Accionistas:

Em cumprimento da Lei e dos Estatutos da sociedade, vimos apresentar a V. Ex^{as}s o Relatório e Contas consolidadas referentes ao exercício de 2004.

I. Enquadramento Económico

O ano 2004 trouxe uma inesperada, mas muito aguardada, recuperação do negócio dos painéis derivados de madeira na Europa. A retoma, iniciada já no fim de 2003, acabou por se materializar durante 2004.

O mercado europeu de painéis ficou marcado por uma diminuição do número de fábricas encerradas, embora o processo de reestruturação tenha prosseguido, desta feita assistindo-se a um processo de concentração de capacidades. Citando os exemplos mais importantes: a Norbord (ex-Nexfor) adquiriu a fábrica do grupo belga Agglo em Genk; a Kronospan comprou a unidade de produção Sebes (Roménia) ao grupo italiano Frati; na Alemanha, a Hornitex vendeu a sua fábrica de MDF em Nidda à Pfleiderer; e no fim do ano, o grupo Swiss Krono assinou um acordo para adquirir as restantes unidades de produção da Hornitex, empresa que entrou em processo de falência em 2001. Novos processos de concentração de capacidades são previsíveis nos próximos anos.

Tal como se tem verificado nos últimos anos, os investimentos em novas capacidades produtivas na Europa têm-se focado nos países da Europa de Leste, sendo de prever que tal tendência continue, em particular na Rússia e Polónia.

Na Europa, a procura de aglomerado de partículas cresceu de forma expressiva no primeiro semestre de 2004, recuperando das taxas negativas registadas no ano anterior. Com base nos dados já disponíveis para os primeiros nove meses do ano, a *EPF – European Panel Federation* - estima um aumento de 5% no consumo de aglomerado de partículas para 2004 e um volume de produção próximo do recorde registado no ano 2000. Esta recuperação deve-se não só à boa performance dos mercados europeus de mobiliário e construção, mas também a um novo equilíbrio na oferta de aglomerado, alcançado após anos de reestruturação do sector, que ditaram o fecho de várias unidades de produção e consequente diminuição do problema de excesso de oferta. As taxas de utilização da capacidade instalada melhoraram pela primeira vez em muitos anos, e investimentos em novas capacidades de produção começam a surgir, especialmente na Europa de Leste.

O ano 2004 começou de forma mais calma para a indústria do MDF, mas a produção recuperou nos segundo e terceiro trimestres. O consumo, por seu lado, cresceu acima das

expectativas impulsionado pela forte procura no mercado doméstico (que registou um aumento de 14% nos primeiros nove meses do ano), enquanto os mercados de exportação se mantinham estáveis (aumento de 2% para o mesmo período). A capacidade instalada de MDF continuou a aumentar, com mais investimentos planeados para 2005 e anos seguintes, mas, mais uma vez, centrando-se nos países da Europa de Leste.

O mercado europeu de OSB registou uma excelente performance nos primeiros três trimestres do ano, com a produção e o consumo a crescerem em média 20%. Esta forte progressão foi impulsionada pela procura dos mercados de exportação, que cresceu em média 19% de Janeiro a Setembro de 2004, e com o consumo doméstico a aumentar a uma média de 7% em igual período. A *EPF – European Panel Federation* estima, para o ano 2004, um aumento da produção de OSB da ordem dos 12,5% (um nível de produção da ordem dos 2,7 milhões de m³, e um crescimento do consumo em cerca de 14,5% para um nível de 2,4 milhões de m³). O bom comportamento da procura levou a indústria europeia do OSB a um maior equilíbrio entre a procura e a oferta, o que permitiu alcançar taxas de utilização da capacidade e estimulou o aparecimento de novos investimentos em capacidades de produção para os próximos anos.

Apesar da recuperação da produção e consumo de painéis derivados de madeira na Europa, o que permitiu um aumento generalizado dos preços no mercado, a rentabilidade dos produtores europeus foi bastante afectada pelo aumento dos preços das matérias-primas, especialmente resinas e energia. O sector enfrenta, igualmente, forte concorrência no acesso à matéria-prima madeira por parte dos produtores de energia através da biomassa. Os elevados preços do petróleo, aliados a políticas de promoção da biomassa, conduziram ao aumento da procura de madeira para produção de energia, e consequente aumento do preço da madeira enquanto matéria-prima. Esta situação tem gerado uma crescente preocupação entre os produtores europeus de derivados de madeira.

Na América do Norte a indústria de painéis derivados de madeira registou igualmente uma boa performance, impulsionada pela forte progressão de dois segmentos do mercado da construção - habitações novas, renovação e manutenção -, tanto nos Estados Unidos como no Canadá.

Estima-se que o consumo de aglomerado de partículas tenha alcançado o nível mais elevado desde o ano 2000. Embora o sector norte-americano do mobiliário, a principal indústria consumidora de aglomerado, esteja a viver tempos difíceis devido à forte concorrência das importações (vindas principalmente da China), o consumo deste produto foi impulsionado pela excelente performance do mercado da construção. A forte procura, aliada à redução da capacidade instalada verificada nos últimos anos, contribuiu para um maior equilíbrio oferta/procura no mercado, o que permitiu a subida de preços e o aumento da utilização da

capacidade instalada. No entanto e tal como acontece na Europa, a rendibilidade dos produtores americanos tem vindo a ser afectada pelo aumento de preços da madeira e resinas.

A forte performance do mercado de construção, bem como o aumento da procura de pavimentos laminados, impulsionou o consumo de MDF para níveis recorde. Tal como no aglomerado de partículas, este aumento do consumo, conjugado com um ligeiro decréscimo da capacidade instalada, conduziu a um aumento dos preços e das taxas de utilização da capacidade. A subida dos preços da madeira e resinas veio também afectar a rentabilidade dos produtores americanos de MDF.

O consumo de OSB aumentou pelo 13º ano consecutivo, devido à já referida performance do sector da construção, nomeadamente de habitações novas bem como o mercado de renovação e manutenção. Uma procura recorde, que, por vezes, excedeu a oferta doméstica, levou a uma situação de baixos níveis de stocks e à necessidade de se recorrer a importações, principalmente da Europa e América do Sul. Tais factos impulsionaram a subida dos preços que, nalguns casos, mais do que duplicaram os valores registados em 2002.

Quanto ao resto do mundo, a China continua a ser um mercado em destaque no que diz respeito a novas capacidades de produção, principalmente no MDF. Pelo menos cinco unidades de produção de MDF, utilizando equipamento Europeu, arrancaram em 2004, após os sete projectos semelhantes que começaram a produzir em 2003. O mercado chinês parece agora virar as suas atenções para o aglomerado de partículas, com várias linhas de produção já encomendadas a produtores europeus de equipamento. O desenvolvimento da China como país exportador de mobiliário, principalmente para os Estados Unidos, aliado à boa performance da indústria dos pavimentos laminados, impulsionaram o consumo de painéis derivados de madeira neste país, sendo que a qualidade dos painéis produzidos aumentou, de modo a cumprir os standards internacionais.

Os restantes países asiáticos têm-se mostrado também activos em termos de investimentos em novas capacidades de produção: a Tailândia investiu em novas fábricas de aglomerado, enquanto a Malásia e a Coreia do Sul têm projectos para novas linhas tanto de aglomerado como de MDF.

A indústria sul-americana de painéis tem estado bastante activa nos últimos anos, especialmente no Brasil. O consumo nesta região tem sido impulsionado pela forte performance das indústrias de mobiliário e construção.

Tem-se registado um movimento generalizado de consolidação e optimização da utilização de activos industriais. Apresenta-se um breve sumário da evolução nas áreas geográficas em que estamos presentes:

Península Ibérica

No ano 2004 não se registaram alterações muito significativas nas capacidades de produção instaladas na Península Ibérica, com a excepção de uma nova linha de aglomerado de partículas na Corunha, da Unemsa. No entanto, pelo menos dois projectos para produção de aglomerado de partículas estão previstos para 2005: uma nova linha para a Interbon em Burgos, e outra para a Tableros Talsa em Albacete.

França

A indústria francesa de derivados de madeira permaneceu estável no que diz respeito a alterações de capacidades instaladas no ano passado. Até ao momento, não existem investimentos em novas capacidades previstos para este mercado.

É com crescente preocupação que não se observam sinais de mudança nas leis laborais, no sentido de aumentar o número de horas de trabalho semanais e de permitir uma maior flexibilização para aumentar a produtividade. A menos que tais medidas sejam adoptadas, a Sonae Indústria tem sérias reservas em assumir novos investimentos em França.

Alemanha

Após anos de instabilidade, com várias unidades de produção a encerrarem, principalmente no aglomerado de partículas, 2004 trouxe alguma tranquilidade à indústria alemã dos derivados de madeira. O único encerramento registado foi o da unidade da Pfleiderer em Rheda, sendo que esta linha poderá vir a ser instalada na Rússia.

Não se registaram investimentos significativos, embora o grupo Swiss Krono tenha aumentado a sua capacidade de produção de MDF em Wittstock/Heiligengrabe devido à extensão do comprimento de uma das suas prensas nesta fábrica.

O fim do ano trouxe dois importantes negócios para o sector alemão:

- a Pfleiderer adquiriu à Hornitex a sua unidade de produção de MDF em Nidda, aventurando-se, desta forma, novamente no negócio do MDF após o fracasso da joint-venture em Hallein com a empresa Franz Binder (que terminou em 2001, quando a Pfleiderer vendeu a sua participação ao seu parceiro);
- o grupo Swiss Krono assinou um acordo para aquisição das unidades de produção da Hornitex (Horn-Bad Meinberg e Duisburg, ambas com produção de aglomerado de partículas; Beeskow com produção de aglomerado e de MDF).

Neste momento, não existem investimentos em novas capacidades previstos para a Alemanha.

Reino Unido

Não se registaram alterações significativas de capacidades de produção instaladas no mercado do Reino Unido durante 2004 e não são conhecidos investimentos previstos.

Canadá e Estados Unidos

Ao contrário do sucedido no ano 2003, o negócio canadiano de painéis derivados de madeira voltou a encontrar a tranquilidade, não tendo sido registadas grandes alterações em termos de capacidades instaladas. No entanto, algumas unidades de produção mudaram de mãos:

- a International Paper vendeu a sua subsidiária canadiana Weldwood ao grupo West Fraser Timber. A Welwood possui serrações e produz contraplacado, LVL (laminated veneer lumber) e pasta de papel em 12 unidades de produção em British Columbia e Alberta;
- a Ainsworth adquiriu a fábrica de OSB Voyageur Panel ao grupo Boise;
- a Weyerhaeuser vendeu a sua unidade de produção de OSB em Slave Lake à Tolko.

Nos Estados Unidos, o sector esteve também bastante dinâmico, no que diz respeito à mudança de proprietários de algumas fábricas. Destacando alguns desses negócios:

- a Potlatch vendeu o seu negócio de OSB à Ainsworth;
- a Nevamar abandonou o negócio do aglomerado de partículas com a venda da sua unidade de produção em Franklin à Aconcagua Timber, que também adquiriu a unidade de produção de MDF de Clarion à Temple Inland;
- a Weyerhaeuser vendeu duas fábricas de contraplacado (Chester e Moncure) à Wood Resources.

O único fecho registado foi o da linha de MDF da SierraPine em Moncure, mas esta fábrica deve voltar a funcionar, com novos proprietários, em 2005.

A Aconcagua Timber é um novo concorrente no mercado. Nos últimos dois anos, tem vindo a adquirir unidades de produção de outras empresas: a fábrica de aglomerado em Franklin à Nevamar e a de MDF, em Clarion, à Temple Inland, tendo mais recentemente adquirido a fábrica de aglomerado e MDF, em Moncure, à SierraPine, projectando reiniciar a linha de MDF em 2005, possivelmente com uma nova prensa.

Os acréscimos de capacidade concentraram-se no negócio de OSB (Langboard e JM Huber), com uma pequena fábrica de produção de aglomerado de partículas a partir de resíduos de madeira urbanos – a GreenTech Panels -, a arrancar em Louisiana.

Prevê-se que os novos investimentos no mercado norte-americano se concentrem em novas capacidades de OSB, com alguns investimentos previstos para o MDF, mas nenhum para o aglomerado de partículas.

Brasil

Não se verificou uma alteração significativa nas capacidades instaladas no mercado brasileiro em 2004. No entanto, a linha de MDF da Fibraplac, que arrancou em finais de 2003, só se repercutiu no mercado em 2004.

Alguns investimentos estão previstos num futuro próximo: a Fibraplac (grupo Isdra) vai instalar a sua primeira linha de produção de aglomerado na sua unidade de produção em Rio Grande do Sul e a Satipel vai aumentar o comprimento da sua prensa de aglomerado em Uberaba.

África do Sul

Não se registaram alterações nas capacidades instaladas durante 2004 no mercado sul-africano, não existindo investimentos previstos.

A PG Bison, produtor de aglomerado de partículas e MDF, foi adquirida pela empresa de produção de mobiliário Steinhoff.

III. Resultados Consolidados

Em termos consolidados, o volume de negócios em 2004 ascendeu a 1 580 milhões de euros (+9,7%), os resultados operacionais a 93,8 milhões de euros (+ 90,8 milhões de euros), o resultado líquido após minoritários a 29,2 milhões de euros (+ 107,8 milhões de euros) e o EBITDA a 227,1 milhões de euros (+ 77,5 milhões de euros).

A melhoria do desempenho operacional caracterizou-se pela conjugação de três factores: volumes, preços e custos.

No que respeita ao negócio dos painéis, em termos de volumes registou-se um crescimento de 12,8% tendo todas as geografias, excepto o Brasil, dado contributos positivos. A África do Sul e a Alemanha registaram crescimentos superiores a 20%, a França cerca de 18% e a Península Ibérica de 11%. Por linha de produto, e apesar de todos os produtos terem registado crescimento de vendas, especial destaque para o OSB que teve um crescimento de 33,6%.

Em termos consolidados, o preço médio de venda cresceu 3,2%. Desde o fim de 2003 que vinhamos a assistir a uma melhoria gradual dos preços, e embora em meados de 2004 o

preço médio consolidado ainda estivesse inferior ao do mesmo período de 2003, a situação inverteu-se durante o segundo semestre de 2004.

Do lado dos custos variáveis o custo da madeira foi o que globalmente teve o comportamento mais negativo fortemente influenciado pelas subidas registadas no Brasil e no Canadá. Em relação aos produtos químicos, apesar dos acréscimos verificados no segundo semestre de 2004 devido à subida do preço do petróleo, em termos anuais o seu custo não sofreu variação significativa.

Do lado dos custos fixos, os programas de redução de custos que têm sido implementados estão a dar os seus frutos, verificando-se uma redução de 6,7% nos custos com o pessoal e um crescimento de 5,4% nos encargos gerais. Sendo que uma parte significativa dos custos desta rúbrica estão directamente relacionados com a actividade, que cresceu 9,7%, o valor atingindo revela uma melhoria significativa.

Como resultado dos factores acima mencionados, o resultado operacional ascendeu a 93,8 milhões de euros, superior em 90,8 milhões de euros ao verificado em 2003. O contributo do negócio das placas foi de 71 milhões de euros (-20,3 milhões em 2003) e da Gescartão de 22,8 milhões de euros (31,3 milhões em 2003).

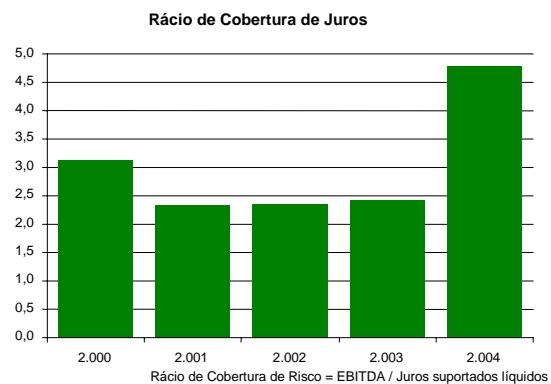
Em resultado da redução do endividamento verificado em 2003 e 2004, os encargos financeiros líquidos diminuíram 16,8 milhões de euros tendo atingido um valor de 68,3 milhões de euros.

Os resultados extraordinários foram de 33,2 milhões de euros, superiores em 20,3 milhões aos registados em 2003.

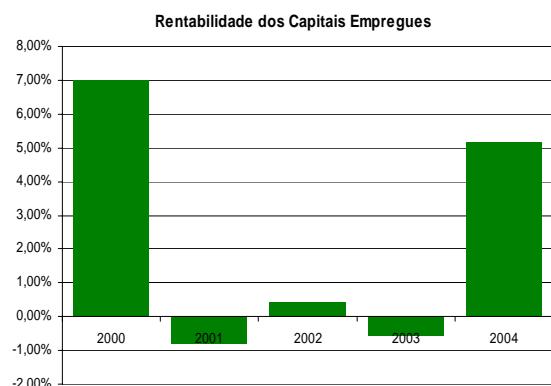
O resultado líquido após minoritários ascendeu a 29,2 milhões de euros que compara com um prejuízo de 78,6 milhões de euros verificado em 2003.

A performance financeira permitiu que a rentabilidade dos capitais empregues e dos capitais próprios fosse positiva. A rentabilidade dos capitais empregues foi calculada com base no EBIT corrigido de resultados extraordinários assim como a componente dos custos financeiros que não juros e pela taxa de imposto, a dividir pelos capitais próprios e interesses minoritários no fim de cada exercício e a média da dívida financeira líquida do exercício.

A melhoria do desempenho operacional, associado à descida de 14,6 milhões de euros nos juros suportados líquidos, em consequência de uma redução de 397 milhões de euros da dívida e ainda por uma descida ligeira dos níveis de taxas de juro na maior parte das áreas geográficas em que estamos presentes, permitiu uma evolução favorável do rácio de cobertura de juros, o qual evoluiu de 2,4x em 2003 para 4,8x em 2004.

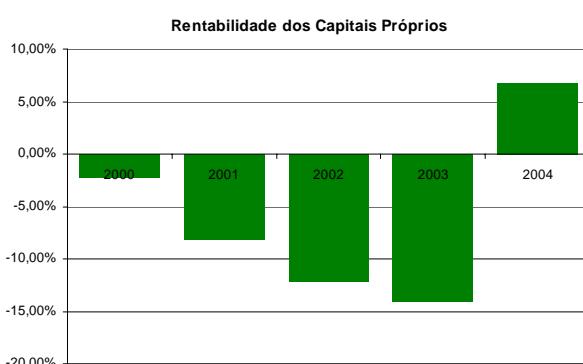


A performance operacional da Sonae Indústria permitiu que a rentabilidade dos capitais empregues e dos capitais próprios fosse positiva. A rentabilidade dos capitais empregues foi calculada com base no EBIT corrigido de resultados extraordinários assim como a componente dos custos financeiros que não juros e pela taxa de imposto, a dividir pelos capitais próprios e interesses minoritários no fim de cada exercício e a média da dívida financeira líquida do exercício.



A diminuição dos capitais empregues em cerca de 200 milhões de euros e uma melhoria de cerca de 95 milhões de euros no EBIT corrigido permitiram o crescimento do ROCE.

A rentabilidade dos capitais próprios foi positiva, pela primeira vez, desde 1999 na altura em que a empresa iniciou uma fase de forte investimento. Na mesma altura, iniciou-se um período difícil para o sector dos derivados da madeira que originou uma quebra nas vendas e na rentabilidade.

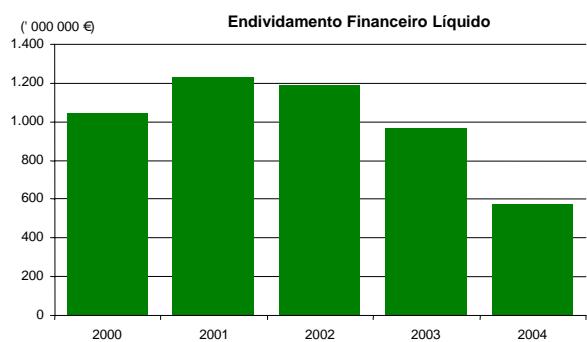
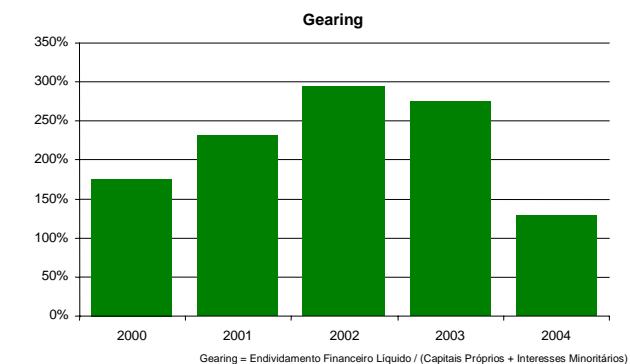
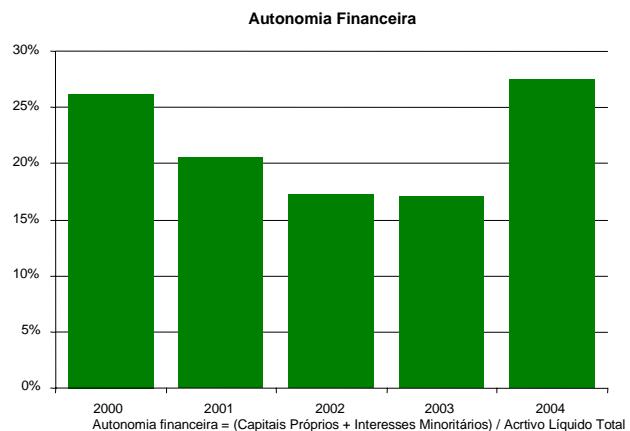


A Sonae Indústria tem como objectivo melhorar estes indicadores por forma a permitir uma adequada remuneração dos seus grupos de interesse.

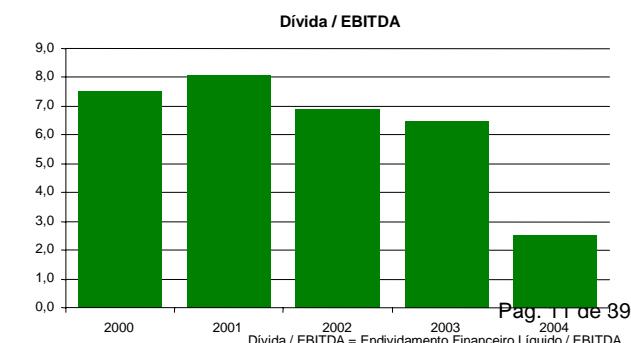
Um dos pilares da estratégia corporativa para 2004 era o reforço dos capitais próprios, o qual foi conseguido, quer por um aumento do capital social de 500 para 700 milhões de euros quer pelos resultados positivos obtidos.

A Autonomia Financeira melhorou por duas ordens de razões: o aumento do capital social e os resultados alcançados melhoraram os capitais próprios, enquanto que o activo líquido diminuiu pela alienação da Imocapital (que teve um impacto negativo nos interesses minoritários, mas menor do que os factores positivos referidos) e a securitização de facturas até ao limite de 150 milhões de euros, que impactou no activo líquido pela sua saída do balanço.

Consistente com a Autonomia Financeira, o Gearing da Sonae Indústria evoluiu positivamente durante 2004, diminuindo para 128% o que representa uma melhoria de 54% em relação a 2003. Este rácio foi, contudo, influenciado negativamente pela venda da Imocapital a qual reduziu os interesses minoritários em 94,2 milhões de euros. Por outro lado, a redução do endividamento em 397 milhões de euros, pois em 2004 o plano de pagamento de dívida foi muito exigente, foi fundamental para a evolução do Gearing, permitindo o reforço do balanço de acordo com os objectivos definidos para o ano.



Directamente relacionado com a já mencionada redução de dívida e melhoria da performance operacional, o rácio Dívida/Ebitda registou uma

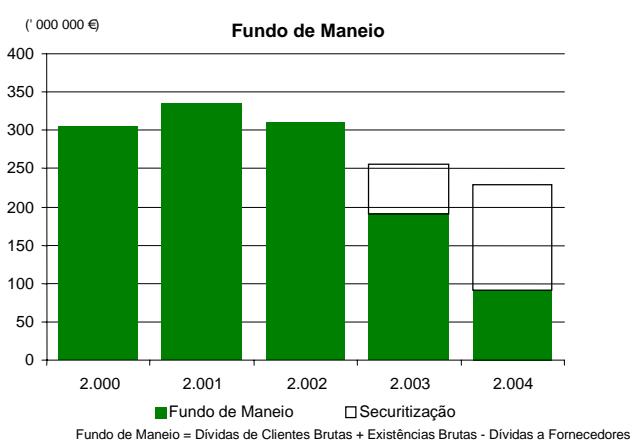


melhoria de 60%, de 6,5x para 2,5x, atingindo um nível nunca antes atingido após o início do plano de investimentos de 1999.

A Sonae Indústria espera continuar a melhorar os seus indicadores, pois em 2005, uma parte significativa dos fundos gerados pelas operações serão utilizados em redução adicional de endividamento, o que significa que há confiança de que estes rácios evoluirão para níveis mais confortáveis.

O pagamento da dívida calendarizado para 2005 ascende a 125 milhões de euros e, em 2006, a 147 milhões de euros.

Desde 2001 até 2003, o Fundo de Maneio diminuiu consideravelmente. Contudo, os valores de 2003 e de 2004 requerem uma análise mais profunda, porque, ao serem retirados directamente do Balanço, estão influenciados pelas operações de securitização (que são apresentadas no quadro, adicionadas à rubrica dívidas de clientes). Para além disso, os valores de 2004 são ainda



influenciados pela venda da Imocapital e, por conseguinte, pela eliminação do fundo de maneio da Gescartão.

Para efeitos de comparação, se o fundo de maneio da Imocapital tivesse sido deduzido ao valor consolidado do fundo de maneio de 2003, o fundo de maneio de 2004 da Sonae Indústria sairia incrementado em 14 milhões de euros. Devido ao aumento do volume de negócios de 2003 para 2004, o fundo de maneio em termos de tempo médio de vendas (*days of sales outstanding - DSO*) melhorou de 54,5 DSO' em 2003 para 52,9 DSO em 2004. Esta melhoria gradual do DSO, desde 2001, tem vindo a ser conduzida pelo órgão de gestão, que deu prioridade à redução do fundo de maneio.

III. Perspectivas

O enquadramento sectorial em que o negócio da empresa se desenvolve, evolui favoravelmente durante o ano de 2004 nas principais regiões em que operamos.

Os movimentos de concentração e de racionalização fazem prever que o sector não sofra, no curto prazo, pressões acrescidas do lado da oferta pelo que não antecipamos que possam existir factores externos que condicionem negativamente o desenrolar da actividade, com a excepção do mercado Sul Americano.

Do lado da procura, os desenvolvimentos dos últimos trimestres têm mostrado uma tendência de estabilidade em que as oscilações que se verificaram foram pontuais. É nossa expectativa que a procura continue a níveis aceitáveis que permitam manter, pelo menos, os níveis de utilização de capacidade já verificados.

Do lado dos custos, continua a ser o elevado nível do preço do petróleo que condiciona a sua evolução, nomeadamente do lado dos produtos químicos e transportes. Caso a actual situação não se altere significativamente, também aqui não esperamos desenvolvimentos negativos. No que diz respeito à madeira, a situação mais crítica em 2004 foi a do Brasil, situação essa que foi ultrapassada pelo que não antecipamos problemas em 2005.

Iremos prosseguir com os programas em curso de melhoria de desempenho operacional bem como os de reestruturação de financeira necessários à autonomização da empresa face ao seu accionista principal.

IV. Proposta de Dividendos

A Sociedade tem vindo a adoptar, nos últimos anos, uma política de não distribuição de dividendos, em virtude dos grandes investimentos que foram efectuados.

Por conseguinte, o Conselho de Administração da Sonae Indústria propõe à Assembleia Geral de Accionistas a não distribuição de dividendos.

V. Notas Finais

No exercício de 2004, assistiu-se à inversão dos resultados da Sonae Indústria, que já não apresentava lucros desde 1999. Para além da alteração das condições de mercado na Europa Central que induziram uma recuperação dos preços, contribuiu para esta melhoria de resultados o alinhamento estratégico que, em meados de 2003, privilegiou conjuntamente a gestão da margem de contribuição aos volumes de vendas e a gestão dos custos fixos.

Tal só foi possível com uma grande sintonia estratégica da equipa multinacional de gestão da Sonae Indústria, que rapidamente assumiu a liderança do processo de mudança que se impunha; por isso, o primeiro agradecimento é para todos os quadros que se empenharam nesta difícil e, muitas vezes, ingrata tarefa.

A todos os restantes colaboradores, o Conselho de Administração agradece o seu contributo para a melhoria da produtividade conseguida no exercício.

Aos clientes de todas as empresas da Sonae Indústria agradecemos a sua preferência e comprometemo-nos a não poupar esforços para melhorar em permanência a qualidade dos produtos e dos serviços que lhes propiciamos.

O Conselho de Administração gostaria também de deixar um agradecimento especial às instituições financeiras que durante este exercício se envolveram com a empresa na reestruturação do seu passivo.

Finalmente é devida uma referência de reconhecimento aos Auditores, que mantiveram uma posição crítica, mas construtiva na análise da actividade e das contas da empresa.

Maia, 28 de Fevereiro de 2005

O Conselho de Administração,

Belmiro de Azevedo

Carlos Moreira da Silva

Carlos Bianchi de Aguiar

José Antonio Comesaña

Christian Schwarz

Diogo da Silveira

Paulo Azevedo

Álvaro Cuervo

Ángel Altozano

Stefan Collignon

Hans-Georg Brodach

Per Knuts

Thomas Nystén

B. Relatórios Social e de Desempenho Ambiental

I. Relatório Social

Reestruturação e enfoque na produtividade continuaram a ser os vectores-chave da estratégia de recursos humanos seguida pela Sonae Indústria em 2004. A estes se adicionou uma terceira dimensão: o reforço de uma cultura organizacional resiliente, de competência e rigor.

Como consequência desta focalização, diversas empresas desenvolveram programas de melhoria de produtividade. Em Dezembro de 2004, o grupo empregava 5.710 colaboradores, o que traduz uma diminuição de 19% (1.336 colaboradores), face a igual período de 2003. Parte desta diminuição foi gerada pela desconsolidação do negócio da Gescartão (816 colaboradores); no entanto, parte significativa deveu-se à profunda revisão dos processos de trabalho, acompanhada de diversas medidas sociais de apoio à reconversão, à procura de emprego e antecipação da idade de reforma, bem como à reestruturação da estrutura central das empresas.

Esta redução do número de colaboradores traduziu-se igualmente numa diminuição de 6,7% dos custos de pessoal. Os custos de pessoal acumulados a Dezembro de 2004, foram de 234,6 milhões de euros (dos quais cerca de 28 milhões referentes à Gescartão) face 251,5 milhões de euros em 2003, o que traduz uma redução de 16,9 milhões de euros.

A redução do número de colaboradores aliada ao aumento de vendas da empresa traduziu-se, no negócio dos painéis, num aumento de vendas por colaborador de 22% (20% em volume), em comparação com 2003.

Em paralelo a este continuado esforço de reestruturação, outras acções foram realizadas, com o objectivo de fortalecer as equipas e as suas lideranças, assegurando assim um alinhamento com a estratégia da empresa de modo a possibilitar o seu desenvolvimento sustentado. Neste enquadramento são de relevar os seguintes aspectos:

A consolidação dos processos corporativos de planeamento de recursos humanos e avaliação de desempenho, permitindo às empresas detectar necessidades e talentos internos e proporcionar novas oportunidades de desenvolvimento de carreira (82% dos nossos colaboradores têm menos de 39 anos de idade), tendo-se vindo a assistir a um alinhamento cada vez maior na utilização das ferramentas e metodologias utilizadas a nível global.

A generalização de uma política corporativa de compensação para Quadros, adaptada aos variados mercados onde a empresa actua, com enfoque crescente na realização de objectivos pré-estabelecidos.

A realização do encontro internacional de Quadros, com a duração de três dias, que envolveu cerca de 140 Quadros de Topo da Sonae Indústria provenientes de todos os países onde a organização está presente.

A consolidação de uma forte cultura organizacional, através do enfoque na comunicação interna, sendo este aspecto especialmente relevante, devido à dispersão geográfica e à diversidade cultural existente na empresa, com colaboradores de 25 diferentes nacionalidades.

O desenvolvimento profissional e a segurança e bem-estar dos nossos colaboradores, sendo que, em 2004, o investimento na formação e desenvolvimento de todos os colaboradores envolveu cerca de 60 mil horas de formação em todo o mundo, sendo 27% deste total dedicado a Higiene e Segurança.

Finalmente, uma nota sobre o nosso empenho em analisar em profundidade e promover as acções necessárias no que respeita a protecção de minorias e grupos socialmente desfavorecidos, nomeadamente na África do Sul.

Este importante tema foi acompanhado pela Comissão de Responsabilidade Social e Ambiente, pretendendo-se que continue a ser desenvolvido durante o exercício de 2005.

II. Relatório Ambiental

GESTÃO AMBIENTAL

A gestão ambiental é coordenada pela função «Ambiente e Eco-eficiência», com responsabilidades definidas ao nível corporativo e das operações.

A missão desta função global é a de apoiar a Sonae Indústria no cumprimento da regulamentação ambiental local e desafiar a organização para melhorar continuamente o seu desempenho eco-eficiente.

No dia-a-dia, esta função interaje, sempre que necessário, com outras estruturas da organização, principalmente, com as funções: planeamento e controlo de gestão, auditoria e gestão de risco e tecnologia e processos industriais.

A coordenação global corporativa da função «Ambiente e Eco-eficiência» é responsável por avaliar a exposição e importância local das diversas questões ambientais e acordar objectivos por país, com a gestão de topo das operações.

Os responsáveis locais pela função são responsáveis pela implementação dos objectivos acordados, sua monitorização e reporte da informação relativa às operações.

A integração da gestão ambiental nos sistemas de gestão das participadas da Sonae Indústria tem sido essencial para concretizar a missão da função global «Ambiente e Eficiência». Deste modo, têm-se estabelecido as estruturas de gestão que permitem assegurar, de modo consistente, o cumprimento da regulamentação ambiental, para além de desenvolver a sensibilidade na organização para os riscos e oportunidades na vertente ambiental.

É estimulada a integração da gestão ambiental, da qualidade e da higiene e segurança nos sistemas de gestão das empresas.

A situação da certificação nas diversas vertentes, a 31 de Dezembro de 2004, era a seguinte:

	Qualidade ISO 9001	Ambiente ISO 14001	Cadeia de responsabilidade dos produtos florestais	Higiene e Segurança OHSAS 18001
Maia	X			
Mangualde	X			
Oliveira do Hospital	X			
Sines	X			
Huelva		X		
Betanzos	X		X	
Linares			X	
Solsona	X		X	
Valladolid	X		X	
Cuéllar			X	
Auxerre	X		X	
Chatellerault	X		X	
Le Creusot			X	
Lure			X	
St Dizier	X		X	
Ussel			X	
Meppen	X	X		X
Eiweiler	X	X		X
Nettgau	X	X		X
Kaisersesch	X	X		
Knowsley	X	X		X
Coleraine	X			X
Panbult	X	X		
Whiteriver	X	X		
George	X	X		
Lac-Mégantic	X	X		
Piêñ	X			

Para além de trabalhar para assegurar o cumprimento da regulamentação local, a Sonae Indústria desenvolveu, até ao final de 2004, um processo interno para avaliação da exposição e importância local das questões ambientais, que envolveu as equipas de gestão de todas as suas unidades de produção de painéis europeias e que resultou na identificação dos temas ambientais mais relevantes para a actividade da Sonae Indústria e respectivos indicadores de desempenho.

Os indicadores identificados passaram a fazer parte do sistema de informação já existente, prevendo-se a sua gradual inclusão no reporte para o exterior.

TEMAS DE IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA E TEMAS EMERGENTES PARA A SONAE INDÚSTRIA

Dada a sua importância e potencial impacto nas actividades futuras da Sonae Indústria, alguns temas são acompanhados activamente, em sintonia com a gestão de topo das operações. Esses temas são:

Certificação da gestão florestal sustentável e da cadeia de responsabilidade dos produtos florestais

A Sonae Indústria está comprometida com o uso sustentável dos recursos florestais, em particular da madeira, sua principal matéria-prima.

A defesa das posições da empresa junto dos principais sistemas de certificação da gestão florestal sustentável (PEFC, *Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes* e FSC, *Forest Stewardship Council*) é feita através do acompanhamento e envolvimento directo, quando necessário, nos grupos de trabalho destes dois sistemas.

A obtenção do reconhecimento por estes sistemas internacionais do papel positivo da reciclagem de madeira na utilização sustentável deste recurso tem sido um objectivo especialmente importante para a Sonae Indústria. O resultado deste trabalho é esperado no decurso de 2005.

Ainda neste capítulo, destaque para uma iniciativa-piloto, que arrancou recentemente em Portugal, em conjunto com vários parceiros industriais (IFM, Jomar, Portucel Tejo e Portucel Viana) e parceiros da produção florestal (Forestis e Aflopinhal), para certificar, numa fase inicial, uma área de cerca de 2 a 3 mil hectares de floresta, no centro do país.

Esta área, apesar de pouco significativa na área total de floresta nacional, constitui, pela natureza da iniciativa, um óptimo exemplo, que se pretende demonstrador do interesse da certificação florestal para a melhoria da gestão da floresta portuguesa.

Constituirá, com certeza, um excelente processo de aprendizagem neste tema, para os vários parceiros envolvidos.

Biomassa para energia

Os compromissos assumidos no Protocolo de Quioto motivaram a comunidade internacional a apostar mais nas fontes de energia renováveis, para satisfazer as suas necessidades energéticas.

No caso da União Europeia, esta aposta traduziu-se na definição de políticas comunitárias, que definem objectivos por estado-membro para as quotas de electricidade de «origem renovável» no consumo eléctrico total de cada país.

Os incentivos criados (e, nalguns casos, taxas) promoveram a mobilização de recursos para a produção de electricidade a partir de fontes renováveis, entre as quais a biomassa (definição bastante genérica, que inclui as fracções biodegradáveis de vários materiais, entre os quais os de base lenhosa).

Este processo tem causado instabilidade na generalidade dos mercados de matéria-prima lenhosa da Europa, uma vez que a procura acrescida de biomassa tem provocado subidas dos preços das matérias-primas de base da indústria de painéis derivados de madeira.

A Sonae Indústria acompanha este processo em diversos fóruns, destacando-se como primeiro resultado deste trabalho a recente publicação conjunta da posição sobre este tema das associações industriais portuguesas da fileira da madeira (AIMMP) e da pasta e papel (CELPA). Esta posição foi também apoiada pela associação dos cogeradores (COGEN).

Reciclagem de madeira

A aposta crescente na reciclagem tem provocado nalguns sectores da sociedade (em particular, nas autoridades legisladoras) algumas preocupações, relativamente à introdução de um excesso de contaminantes nos produtos reciclados.

Os derivados de madeira não são excepção a esta regra.

Para dar resposta a esta preocupação, o sector desenvolveu uma norma para auto-controlo da limpeza e qualidade dos produtos de madeira usada integrados na produção de painéis derivados de madeira.

A Sonae Indústria está empenhada em transformar esta norma num instrumento prático, custo-eficiente e de aplicação generalizada nas suas operações.

Comércio de emissões de GEE (Gases com Efeito de Estufa)

A Sonae Indústria possui seis unidades abrangidas no mercado europeu de comércio de emissões de dióxido de carbono (Mangualde, Oliveira do Hospital, Ussel, Eiweiler, Meppen e Knowsley). A unidade de Coleraine está envolvida no acordo voluntário sectorial para as alterações climáticas, realizado com as autoridades nacionais.

No espaço europeu, dada a grande incerteza com que decorreu todo o processo de definição do âmbito, avaliação da informação sobre as unidades industriais e concessão de licenças de emissão, só agora se encontram reunidas as condições que permitirão à Sonae Indústria planear a gestão deste processo e avaliar as potenciais sinergias a desenvolver.

O ano de 2005 será, essencialmente, um ano de aprendizagem na gestão desta nova variável do negócio: as emissões de carbono.

Cooperação com Universidades Portuguesas na área da gestão ambiental

Também no capítulo das emissões de carbono, salienta-se a colaboração com a Universidade de Aveiro, em Portugal, que resultou, já em 2004, na conclusão do balanço de carbono às unidades de Mangualde e Oliveira do Hospital.

Este trabalho permitiu concluir que a retenção de carbono nos painéis derivados de madeira produzidos naquelas unidades é, em média, de 572 kg CO₂/m³, para o caso do MDF, e de 687 kg CO₂/m³, para o caso do aglomerado de partículas. Estes valores são já líquidos, ou seja, deduzidos das emissões de carbono durante o processo de produção (nas emissões gasosas, efluentes líquidos e resíduos sólidos).

Uma última referência para o trabalho de cooperação desenvolvido nos últimos anos com a Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Ciências e Tecnologia), em Portugal, com a realização de diagnósticos ambientais em unidades da Sonae Indústria pelos alunos finalistas do curso de Engenharia do Ambiente.

Este trabalho conjunto justificou a formalização, em 2004, de um protocolo de cooperação entre a Empresa e a Universidade, que servirá de enquadramento aos projectos futuros.

Salienta-se a qualidade dos trabalhos realizados pelos alunos finalistas, existindo já exemplos de integração de alunos nos quadros das empresas onde se realizaram os diagnósticos.

C. Relatório sobre o Governo da Sociedade

O presente anexo é elaborado em cumprimento e para os efeitos do disposto no Regulamento nº 7/2001 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, com as alterações introduzidas pelo Regulamento nº 11/2003.

Capítulo 0. Declaração de cumprimento

A adopção das recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre o governo das sociedades consta dos diversos capítulos deste relatório.

Capítulo 1. Divulgação de informação

1. Repartição de Competências no Processo de Decisão Empresarial

A sociedade é gerida por um Conselho de Administração composto por 13 membros, dos quais cinco integram a Comissão Executiva. À Comissão Executiva compete a gestão corrente da sociedade, dentro dos limites de delegação que foram fixados pelo Conselho de Administração.

Conselho de Administração

Belmiro de Azevedo, Carlos Moreira da Silva, Carlos Bianchi de Aguiar,
José Antonio Comesaña, Christian Schwarz, Diogo da Silveira, Paulo Azevedo,
Álvaro Cuervo, Ángel Antozano, Stefan Collignon, Georg Brodach, Per Knuts,
Thomas Nystén

Comissão Executiva

Carlos Moreira da Silva, Carlos Bianchi de Aguiar,
José António Comesaña,
Christian Schwarz, Diogo da Silveira

A repartição de competências entre os membros da Comissão Executiva é a seguinte:

Carlos Moreira Silva - Presidente Executivo da SONAE Indústria; Estratégia global do negócio, Processos tecnológicos e industriais, Recursos Humanos, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Ambiente e Eco-eficiência, Comunicação e Compras/Aprovisionamento;

Carlos Bianchi de Aguiar - CFO da SONAE Indústria; Estratégia global financeira, Controlo de Gestão e Administrativo, Exportações globais, Assessoria legal e fiscal;

José António Comesaña - COO da Península Ibérica; Presidente da Tafisa Brasil;

Christian Schwarz – COO da Alemanha; Operações da África do Sul, I&D global;

Diogo da Silveira – COO de França; TI global, Negócio de Flooring.

Complementarmente, cada membro do Conselho de Administração pode acumular outras funções, como por exemplo: coordenação de operações transversais, supervisão de projectos, liderança de fóruns e representações institucionais em nome do Conselho de Administração.

2. Comissões Internas

A sociedade possui as seguintes comissões internas:

Comissão de Auditoria e Finanças, a qual é composta pelos seguintes administradores:

- Álvaro Cuervo - Presidente
- Ángel Altozano
- Paulo Azevedo

Nos termos do nº 2 do Artigo 1º do Regulamento nº 7/2001, Álvaro Cuervo e Paulo Azevedo são administradores não independentes, pois integram o órgão de administração da sociedade dominante da Sonae Indústria.

Esta comissão reúne quatro vezes por ano, sendo suas atribuições principais: (i) proceder à análise e emitir parecer sobre as demonstrações financeiras a publicitar ao mercado, com vista a apresentar as suas conclusões ao Conselho de Administração que irá pronunciar-se sobre estas; (ii) controlar os processos e negócios; (iii) analisar os resultados dos trabalhos da auditoria interna e externa; (iv) analisar quaisquer alterações nas políticas e práticas contabilísticas; (v) verificar o cumprimento das normas contabilísticas; (vi) verificar o cumprimento das obrigações legais e estatutárias, em particular no âmbito financeiro.

Comissão de Responsabilidade Social e Ambiente, a qual é composta pelos seguintes administradores:

- Belmiro de Azevedo - Presidente
- Carlos Moreira da Silva
- Stefan Collignon
- Hans-Georg Brodach

Nos termos do nº 2 do Artigo 1º do Regulamento nº 7/2001, Belmiro de Azevedo é administrador não independente, pois integra o órgão de administração da sociedade dominante da Sonae Indústria, onde detém, indirectamente, participação qualificada.

Esta Comissão reuniu duas vezes no ano de 2004, sendo sua atribuição principal a análise, na condução dos negócios da sociedade, dos impactos da sustentabilidade, nas suas vertentes económica, ambiental e social, bem como o governo corporativo.

Comissão de Nomeações e Remunerações, a qual é composta pelos seguintes administradores:

- Belmiro de Azevedo - Presidente
- Carlos Moreira da Silva
- Paulo Azevedo
- Álvaro Cuervo

Nos termos do nº 2 do Artigo 1º do Regulamento nº 7/2001, Belmiro de Azevedo, Álvaro Cuervo e Paulo Azevedo são administradores não independentes, pois integram o órgão de administração da sociedade dominante da Sonae Indústria e Belmiro de Azevedo detém igualmente participação qualificada, indirecta na sociedade dominante da Sonae Indústria.

Esta Comissão reúne uma vez por ano, sendo sua atribuição principal apresentar propostas e recomendações ao Conselho de Administração relativas à composição e remuneração dos membros dos conselhos de administração das sociedades participadas.

Durante o exercício de 2004, o Conselho de Administração e respectivas comissões tiveram o número de reuniões e presenças dos seus membros, de acordo com a seguinte tabela:

	Nº de Reuniões	% de presenças
Conselho de Administração	8	88%
Comissão Executiva	21	94%
Comissão de Auditoria e Finanças	5	80%
Comissão de Responsabilidade Social e Ambiente	2	88%
Comissão de Nomeações e Remunerações	1	100%

3. Controlo de Risco

A Gestão de Risco é uma das componentes da cultura da Sonae Indústria, está presente em todos os processos de gestão e é uma responsabilidade de todos os gestores e colaboradores, aos diferentes níveis da organização.

A Gestão de Risco comprehende os processos de identificação dos riscos potenciais, analisando o seu possível impacto nos objectivos estratégicos da organização e prevendo a probabilidade da sua ocorrência de modo a determinar a melhor forma de gerir a exposição a esses riscos.

A Gestão de Risco é a cultura, os processos e a organização que auxiliam a Sonae Indústria a identificar e avaliar os riscos, a aferir o seu efeito potencial no negócio e a planear as acções adequadas de forma a gerir eficazmente o impacto dos riscos. Na impossibilidade de eliminar todos os riscos, a organização implementou processos, eficientes e eficazes, de modo a assegurar que estes são mantidos a um nível entendido como adequado, que os riscos inaceitáveis são rejeitados, que alguns são transferidos através de políticas de seguros e que outros são evitados.

3.1 Os processos de Gestão de Risco Integrada

A Gestão de Risco na organização está suportada numa metodologia standard e integrada. Neste exercício foi desencadeado um processo de sistematização perfeitamente integrado e alinhado com os objectivos estratégicos do negócio que visou a identificação dos riscos relevantes do negócio. Este processo percorreu a organização de forma transversal e completa envolvendo todos os países e funções corporativas.

Foi construído um Modelo que agregou os riscos do negócio em três categorias:

- Riscos de Envolvente de Negócio
- Riscos do Processo de Negócio
- Riscos da Informação para a Tomada de Decisão

Os riscos chave foram identificados, priorizados e analisados durante o ciclo de planeamento do negócio de 2005 assegurando que as estratégias de mitigação de riscos foram identificadas e que as acções e recursos definidos contribuirão para uma eficiente e eficaz gestão dos principais riscos do negócio.

Foi também integrada nesse processo a identificação dos donos dos principais riscos do negócio. Cada um identificou e definiu acções concretas visando a gestão dos riscos

respectivos, cuja concretização tem impacto directo nos indicadores-chave de desempenho de cada responsável.

A gestão dos riscos financeiros, enquadrada nos riscos do processo do negócio, é efectuada e monitorizada no âmbito da actividade da função financeira.

A eficácia das estratégias de Gestão de Risco será monitorizada através do acompanhamento da execução dos planos de acção de Gestão de Risco e reportada, com carácter semestral, à Comissão Executiva e à Comissão de Auditoria e Finanças.

3.2 A Gestão de Risco Operacional

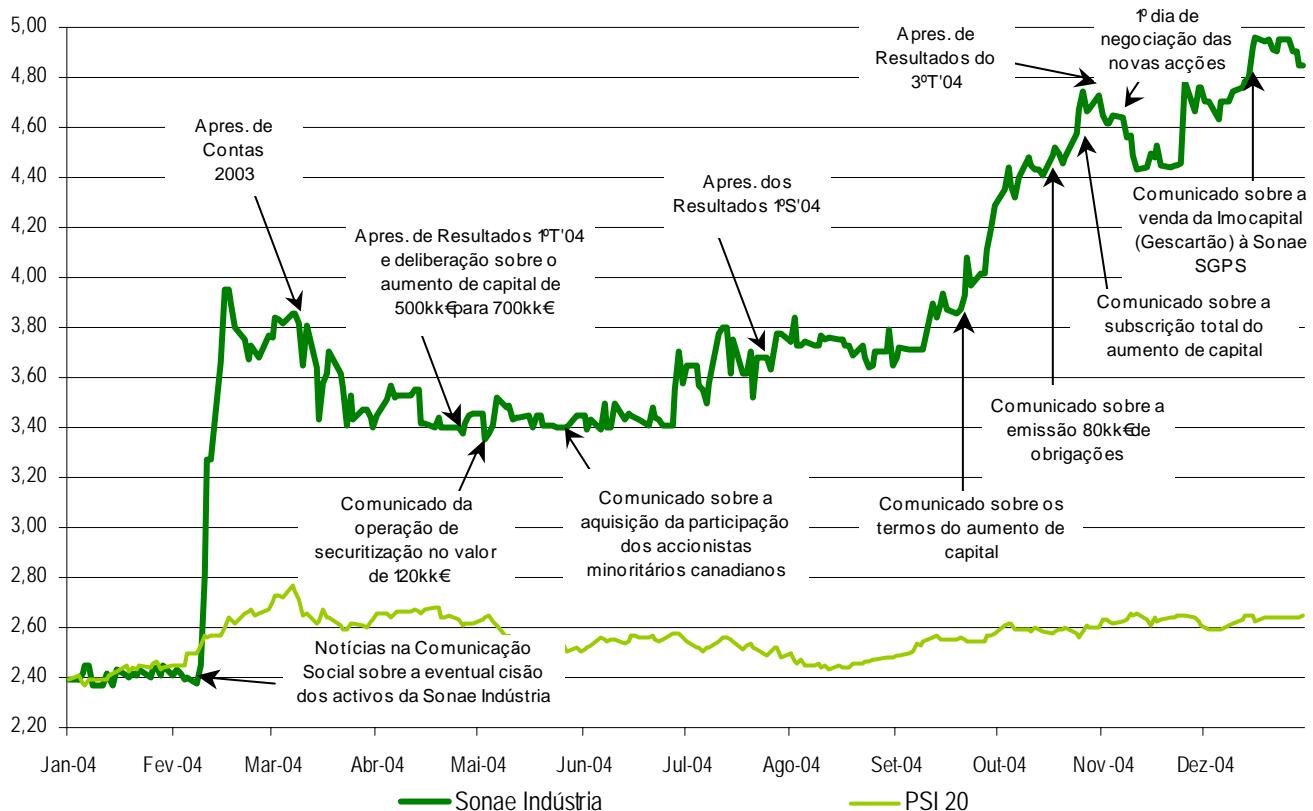
Paralelamente, integrado neste processo e no plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de segurança dos activos tangíveis e das pessoas, são realizadas auditorias externas e internas às unidades de negócio e são implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados devidamente enquadradas no processo de planeamento do negócio. Em 2004 e como consequência do trabalho produtivo desenvolvido pelas diferentes unidades, o índice de qualidade de risco melhorou, diminuindo o impacto, em termos de custo, da transferência deste risco para terceiros.

3.3 A Organização de Gestão de Risco

Sendo responsabilidade de todos os gestores e colaboradores da Sonae Indústria nos diferentes níveis da organização, a actividade de gestão de risco é apoiada e suportada pela função de Auditoria Interna e Gestão de Risco e também pela função de Planeamento e Controlo de Gestão.

Estas funções são desenvolvidas em todos os negócios do Grupo Sonae Indústria, através de equipas especialmente dedicadas e com reporte directo à Comissão Executiva da Sonae Indústria e ao Conselho de Administração.

4. Evolução da Cotação das Acções



5. Política de distribuição de dividendos

A Sociedade tem vindo a adoptar nos últimos anos uma política de não distribuição de dividendos, em virtude dos grandes investimentos que foram efectuados.

6. Planos de Atribuição de Acções e Planos de Atribuição de Opções de Aquisição de Acções

A sociedade não possui qualquer plano de atribuição de acções ou de atribuição de opções de aquisição de acções.

7. Negócios com Partes Relacionadas

A sociedade não efectuou nenhum negócio ou operação com os membros do Conselho de Administração, bem como com o Fiscal Único.

As operações com sociedades em relação de domínio ou de grupo foram realizadas em condições normais de mercado e fazem parte da actividade normal da sociedade.

8. Relações com Investidores

A sociedade tem como regra informar os seus accionistas e o mercado de capitais dos factos relevantes da sua vida de uma forma imediata, no sentido de evitar hiatos entre o conhecimento e a divulgação desses factos, tendo reiterado ao longo do tempo esse compromisso com o mercado, confirmado na sua prática ao longo dos anos.

Para o efeito, a sociedade serve-se dos meios habituais de comunicação de factos relevantes ao mercado e aos seus accionistas, disponibilizando nomeadamente no seu sítio www.sonaeindustria.com toda e qualquer informação relevante, nomeadamente os relatórios anuais de actividade.

Relativamente à prestação de informação directa ao investidor, esta é assegurada pelo representante para as relações com o mercado: Dr. Carlos Bianchi de Aguiar (telefone +351.220.100.401, fax +351.220.100.543, [e-mail cbaquiar@sonaeindustria.com](mailto:cbaquiar@sonaeindustria.com)).

Tendo em consideração a estabilidade da estrutura accionista da sociedade, o conjunto de consultas efectuadas e o número de reuniões solicitadas, consideramos que os meios técnicos e humanos actualmente afectos ao apoio do investidor garantem a igualdade de tratamento dos accionistas e um esclarecimento rápido e eficaz.

9. Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos da sociedade, eleita em Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, é actualmente composta pela Sonae - SGPS, SA, representada pelo Senhor Professor José Manuel Neves Adelino e pelo Senhor Engº Bruno Walter Lehman.

10. Remuneração Anual do Auditor

Os auditores da sociedade são a Deloitte, que, no exercício de 2004, facturou à sociedade e a sociedades suas participadas o valor total de 917 645 euros, sendo 70,5% relativos a serviços de revisão legal de contas, 15,7% a serviços de consultoria fiscal e 13,8% a outros serviços.

Os serviços de consultoria fiscal e os outros serviços são prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria, pelo que se encontra salvaguardada a independência do auditor.

Capítulo 2. Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

Nos termos dos estatutos da sociedade, a Assembleia Geral é constituída somente pelos accionistas com direito a voto possuidores de acções ou títulos de subscrição que, até oito dias antes da realização da Assembleia, comprovem junto da sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na lei.

A cada grupo de cem acções corresponde um voto, tendo os accionistas tantos votos quanto os correspondentes à parte inteira que resultar da divisão por cem do número de acções que possuam.

Excepto se a lei exigir diversamente, as deliberações em Assembleia Geral são tomadas por maioria simples.

Os accionistas que sejam pessoas singulares podem fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral por cônjuge, ascendente ou descendente, administrador ou outro accionista, mediante carta dirigida ao presidente da mesa que indique o nome, domicílio do representante e data da assembleia.

As pessoas colectivas podem fazer-se representar pela pessoa que para o efeito designarem através de carta cuja autenticidade será apreciada pelo Presidente da Mesa.

Enquanto a sociedade for considerada «sociedade com o capital aberto ao investimento do público», os accionistas poderão votar por correspondência, no que se refere exclusivamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais.

Só são considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de recepção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de accionista.

Não existe um modelo específico de voto por correspondência, bem como não existe a possibilidade de exercer o direito de voto através de meios electrónicos.

São colocados à disposição dos senhores accionistas, na sede social e no sítio da sociedade www.sonaeindustria.com, no prazo legal, as propostas a submeter pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral de Accionistas, acompanhadas dos relatórios, documentos e demais elementos de informação preparatória que legalmente as devem acompanhar.

Capítulo 3. Regras Societárias

1. Códigos de Conduta e Regulamentos Internos

Os princípios e valores da Sonae Indústria são profusamente difundidos e estão profundamente enraizados na cultura dos seus colaboradores, incluindo entre outros o dever de diligência e de confidencialidade nas relações com terceiros, salvaguardando a posição da sociedade em situações de conflitos de interesses.

2. Gestão de Riscos

A sociedade para além da Comissão de Auditoria e Finanças, acima referida, possui um departamento de auditoria interna e gestão de risco, o qual acompanha e promove o desenvolvimento de actividades sistemáticas e estruturadas de gestão dos riscos do negócio.

3. Medidas Susceptíveis de Interferir no Êxito de Ofertas Públicas de Aquisição

Não existe qualquer limitação ao exercício do direito do voto susceptível de interferir no êxito de uma Oferta Pública de Aquisição.

Não existem igualmente quaisquer restrições à transmissibilidade de acções, bem como direitos especiais de accionistas.

A sociedade desconhece a existência de qualquer acordo de accionistas.

Capítulo 4. Órgão de Administração

1. Caracterização

A sociedade é gerida por um Conselho de Administração, actualmente composto por treze membros eleitos em Assembleia Geral, para mandatos quadriennais.

O Conselho de Administração delegou numa Comissão Executiva, composta por cinco membros, os poderes de gestão corrente da sociedade.

Composição do Conselho de Administração:

- Belmiro de Azevedo - Presidente
- Carlos Moreira da Silva
- Carlos Bianchi de Aguiar
- José Antonio Comesaña
- Diogo da Silveira
- Christian Schwarz
- Álvaro Cuervo

- Ángel Altozano
- Paulo Azevedo
- Stefan Collignon
- Hans-Georg Brodach
- Per Knuts
- Thomas Nystén

Composição da Comissão Executiva:

- Carlos Moreira da Silva
- Carlos Bianchi de Aguiar
- José Antonio Comeseña
- Christian Schwarz
- Diogo da Silveira

Nos termos do nº 2 do Artigo 1º do Regulamento nº 7/2001, Belmiro de Azevedo, Álvaro Cuervo e Paulo Azevedo são administradores não independentes, pois integram o orgão de administração da sociedade dominante da Sonae Indústria e Belmiro de Azevedo detém igualmente participação qualificada indireta na sociedade dominante da Sonae Indústria.

De acordo com os estatutos da sociedade, o Conselho de Administração reunirá, normalmente, uma vez por trimestre e, além disso, todas as vezes que o Presidente ou dois dos seus membros o convoquem, devendo as deliberações que forem tomadas constar das respectivas actas.

O Conselho de Administração só pode deliberar se a maioria dos seus membros estiver presente ou representada e as deliberações serão tomadas por maioria dos votos emitidos.

Ao longo do exercício de 2004, o Conselho de Administração reuniu-se 8 vezes.

As funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração noutras sociedades constam da listagem anexa, ao presente relatório.

Não foi definida lista de incompatibilidades, nem número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, para além das limitações resultantes da lei.

2. Comissão Executiva

O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva todos os poderes de gestão corrente da sociedade, com expressa exclusão dos seguintes:

- a) eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- b) cooptação de administradores;
- c) pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- d) aprovação do Relatório e Contas anuais;
- e) prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela sociedade se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de € 500.000;
- f) deliberação de mudança de sede e de aumento de capital social;
- g) deliberação sobre projectos de fusão, cisão e transformação da sociedade ou quaisquer outros projectos que digam respeito à associação da sociedade a qualquer outra entidade com vista à formação de novas sociedades;
- h) aprovação do business plan e do orçamento anual da sociedade;
- i) deliberação sobre políticas de recursos humanos, nomeadamente planos de *stock options* e fixação da remuneração variável aplicável a quadros de topo (acima do nível XIV), em áreas que não sejam da competência da Assembleia Geral ou da Comissão de Vencimentos;
- j) definição ou alteração de políticas contabilísticas sempre que a sociedade em causa esteja integrada no perímetro de consolidação do Grupo;
- k) aprovação das contas trimestrais e semestrais;
- l) compra e venda, leasing financeiro de longa duração ou outros investimentos em activos fixos tangíveis, quando envolvam valores que excedam o montante de um milhão de euros por cada transacção, excepto se enquadrados no âmbito do orçamento anual ou do *business plan* aprovados em Conselho de Administração;
- m) subscrição ou compra de acções em sociedades participadas se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de cinco milhões de euros, excepto se enquadrados no âmbito do orçamento anual ou do *business plan* aprovados em Conselho de Administração;
- n) investimento em novas sociedades bem como investimento em outros activos financeiros se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de um milhão de euros, excepto se enquadrados no âmbito do orçamento anual ou do *business plan* aprovados em Conselho de Administração;
- o) outros investimentos financeiros se, durante o exercício social e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de um milhão de euros, excepto se enquadrados no âmbito do orçamento anual ou do *business plan* aprovados em Conselho de Administração,
- p) desinvestimentos ou alienação de activos, desde que resulte da referida transacção um efeito significativo (entendido como sendo igual ou superior a 5%) sobre os resultados operacionais da sociedade ou afecte os postos de trabalho de mais de cem trabalhadores, excepto se enquadrados no âmbito do orçamento anual ou do *business plan* aprovados em Conselho de Administração.

A Comissão Executiva reúne-se ordinariamente pelo menos uma vez por mês e além disso, todas as vezes que o seu Presidente ou a maioria dos seus membros a convoque por escrito, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data marcada; a reunião só poderá realizar-se, desde que se encontrem presentes (fisicamente ou por videoconferência) quatro dos seus membros.

Ao longo do exercício de 2004, a Comissão Executiva reuniu-se 21 vezes.

As deliberações da Comissão executiva são tomadas por maioria de quatro membros. Na falta desta maioria, a Comissão Executiva deverá submeter a matéria em causa a deliberação do Conselho de Administração.

Com o objectivo de manter o Conselho de Administração permanentemente informado das deliberações da Comissão Executiva, é enviado a todos os seus membros um sumário das actas das reuniões da Comissão Executiva.

3. Remunerações

No exercício de 2004, as remunerações auferidas pelos membros executivos do Conselho de Administração, directamente na sociedade ou através de sociedades suas participadas foram de 1.678.737 euros, dos quais 588.121 euros a título de prémio de desempenho. O prémio de desempenho é indexado à evolução de um conjunto de indicadores que da melhor forma permitem o alinhamento do interesse dos administradores com os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Do montante de prémio de desempenho, a quantia de 286.000 euros tem carácter diferido e apenas será liquidada em 2005, podendo ser majorado ou minorado em função dos indicadores referidos. As remunerações auferidas pelos administradores não executivos, com excepção das remunerações auferidas pelos administradores que, simultaneamente, são administradores da sociedade dominante desta sociedade, foram de 211.000 euros.

A remuneração total do Presidente da Comissão Executiva foi de 368.972 euros, incluindo um prémio de desempenho diferido de 100.000 euros.

O Conselho de Administração considera que a informação sobre as suas remunerações prestada acima é suficientemente extensiva e que a prestação dessa informação numa base individual, recomendada pela CMVM, se traduz num requisito excessivo de acordo com os princípios gerais que regem os deveres de informação, porque de utilidade marginal para o interesse dos accionistas.

LISTAGEM DAS FUNÇÕES EXERCIDAS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NOUTRAS SOCIEDADES:

Belmiro de Azevedo:

- Casa Agrícola de Ambrães, S.A. (Presidente) *
- Efanor Investimentos, SGPS, S.A. (Presidente)
- Imocapital – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
- Modelo Continente, SGPS; S.A. (Presidente)
- Praça Foz – Sociedade Imobiliária, S.A. (Presidente) *
- Setimanale – SGPS, S.A. (Presidente) *
- Sonae – SGPS, S.A. (Presidente)
- Sonae Capital – SGPS, S.A.
- Sonae Imobiliária – SGPS; S.A. (Presidente não executivo)
- Sonae.Com – SGPS, S.A. (Presidente)
- Spred – SGPS, S.A. (Presidente)

Carlos Moreira da Silva:

- 173509 Canada, INC.
- Artividro – Arte em Vidro, Lda. *
- BA – Fábrica de Vidros Barbosa & Almeida, S.A. (Presidente) *
- BA - Vidrio, S.A. (Presidente) *
- BA Vidrios, Distribución y Comercialización de Envases de Vidrio, S.A. (Presidente) *
- BA Vidros Marinha Grande, S.A. (Presidente) *
- Bar.Bar.Idade - Imobiliário e Serviços, S.A. (Presidente) *
- Bar.Bar.Idade Glass – Serviços de Gestão e Investimentos, S.A. (Presidente) *
- Bar.Bar.Idade II - Consultores de Gestão, S.A. (Presidente) *
- Bar.Bar.Idade, SGPS, S.A. (Presidente) *
- Barbosa & Almeida - SGPS, S.A. (Presidente)
- Cor.on.line – Comércio de Arte, S.A. (Presidente) *
- Glunz AG (Presidente)
- Isoroy SAS (Presidente)
- Novobord (PTY) Ltd.
- P.F.V – Paços de Ferreira Vidro, SGPS, S.A. (Presidente) *
- Socelpac – SGPS, S.A.
- Sonae Novobord (PTY) Ltd.
- Sonae South Africa (PTY) Ltd.
- Sonae UK, Ltd.
- Tableros de Fibras, S.A.
- Tafibra South Africa (PTY) Ltd.
- Tafibra - Tableros Aglomerados Y de Fibras, AIE
- Tafisa France S.A. (Presidente)
- Tafisa UK, Ltd.

Carlos Bianchi de Aguiar:

- 173509 Canada, INC.
- Agloma – Sociedade Industrial de Madeira Aglomerada, S.A.
- Agloma Financial Investments Ltd.
- Aserraderos de Cuellar, S.A.
- Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.
- Euro Decorative Boards, Ltd.
- Euromegantic Ltée.
- Euroresinas - Industrias Quimicas, S.A.
- Explotaciones Industriales, Comerciales y de Servicios, S.A.

- Explotaciones Madereras Catalanas, S.A.
- Forestal Y Maderera, S.A.
- Glunz AG
- Glunz Service GmbH
- Glunz UK Holdings, Ltd.
- Imoplamac – Gestão de Imóveis, S.A.
- Ipaper – Indústria de Papeis Impregnados, S.A.
- Isoroy SAS
- Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.
- Manipulaciones Forestales, S.A.
- Movelpartes – Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.
- NAB – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Novobord (PTY) Ltd.
- Orpin, S.A.
- Poliface North America Inc.
- Racionalización y Manufacturas Forestales, S.A.
- Resoflex – Mobiliário e Equipamentos de Gestão, S.A.
- Rochester Real Estate, Ltd.
- SIAF - Imobiliária, S.A.
- Socelpac – SGPS, S.A.
- Somit - Imobiliária, S.A.
- Somit – Sociedade de Madeiras Industrializadas e Transformadas, S.A.
- Sonae – Indústria de Revestimentos, S.A.
- Sonae – Serviços de Gestão, S.A.
- Sonae Indústria – Produção e Comercialização de Derivados de Madeira, S.A.
- Sonae International, Ltd.
- Sonae Novobord (PTY) Ltd.
- Sonae South Africa (PTY) Ltd.
- Sonae Tafibra Benelux, B.V.
- Sonae Tafibra UK, Ltd.
- Sonae UK, Ltd.
- Spanboard Products, Ltd.
- Tableros de Fibras, S.A.
- Tableros Tradema, SL
- Tafiber – Tableros de Fibras Ibéricos, SL
- Tafibra - Tableros Aglomerados Y de Fibras, AIE
- Tafibra South Africa (PTY) Ltd.
- Tafibrás Participações S.A.
- Tafisa Brasil S.A.
- Tafisa France S.A.
- Tafisa UK, Ltd.
- Taiber – Tableros Aglomerados Ibéricos, SL
- Tecnologias del Medio Ambiente, S.A.

José Antonio Comesaña:

- Agloma – Sociedade Industrial de Madeira Aglomerada, S.A.
- Aserraderos de Cuellar, S.A. (Presidente)
- Compañía de Industrias y Negocios, S.A.
- Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.
- Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.
- Explotaciones Industriales, Comerciales y de Servicios, S.A.
- Explotaciones Madereras Catalanas, S.A.
- Forestal Y Maderera, S.A.
- Imoplamac – Gestão de Imóveis, S.A.
- Ipaper – Indústria de Papeis Impregnados, S.A.

- Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.
- Manipulaciones Forestales, S.A.
- Movelpartes – Componentes para a Indústria do Mobiliário, S.A.
- Nab – Sociedade Imobiliária, S.A.
- Orpin, S.A.
- Poliface Brasil, Lda.
- Racionalización y Manufacturas Forestales, S.A.
- Resoflex – Mobiliário e Equipamentos de Gestão, S.A.
- Scs Beheer, B.V.
- Serradora Boix, SL
- Siaf – Imobiliária, S.A.
- Sociedade de Iniciativa e Aproveitamentos Florestais – Energia, S.A.
- Somit – Imobiliária, S.A.
- Somit – Sociedade de Madeiras Industrializadas e Transformadas, S.A.
- Sonae – Indústria de Revestimentos, S.A.
- Sonae – Serviços de Gestão, S.A.
- Sonae 4P – Panels, Pulp, Paper and Packaging, S.A.
- Sonae Espanha, S.A.
- Sonae Indústria – Produção e Comercialização de Derivados de Madeira, S.A.
- Sonae Indústria Brasil, Lda
- Tableros de Fibras, S.A.
- Tableros Tradema, SL
- Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricos, SL
- Tafibra, Tableros Aglomerados Y de Fibras, AIE (Presidente)
- Tafibrás Participações, S.A. (Presidente)
- Tafisa Brasil, S.A. (Presidente)
- Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL
- Tecnologias del Medio Ambiente, S.A. (Presidente)

Diogo da Silveira:

- Glunz AG
- Isoroy Casteljaloux, S.A.S.
- Isoroy S.A.S.
- Isoroy Transformation S.A. (Chairman)
- Société de Tranchage Isoroy, S.A.S.
- Société des Essences Fines Isoroy, S.A.S.
- Tafisa France S.A.
- Tafisa UK, Ltd.

Paulo Azevedo:

- Clixgest – Internet e Conteúdos, S.A. (Presidente)
- Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
- Enabler - Informática, S.A. (Presidente)
- Glunz AG (Conselho Geral)
- Imparfin, SGPS, S.A.
- Migracom–Serviços de Telecomunicações e Transformação de Informação, S.A. (Presidente) *
- Novis Telecom, S.A. (Presidente)
- Praça Foz - Sociedade Imobiliária, S.A.
- Público Comunicação Social, S.A. (Conselho Geral)
- Sonae Com – Sistemas de Informação, SGPS, S.A. (Presidente)
- Sonae Matrix Multimédia, SGPS, S.A. (Presidente)
- Sonae Telecom, SGPS, S.A. (Presidente)
- Sonae, SGPS, S.A.

- SonaCom, SGPS, S.A.
- Tableros de Fibras, S.A. (Presidente)
- We do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. (Presidente)

Christian Schwarz:

- Glunz AG
- Glunz UKA GmbH
- Gollin GmbH
- Isoroy S.A.S.
- Novobord (PTY) Ltd.
- OSB Deutschland GmbH
- Sona Novobord (PTY) Ltd.
- Sona South Africa (PTY) Ltd.
- Tavapan SA (Supervisory Board)
- Tafibra South Africa (PTY) Ltd.
- Tafisa France S.A.
- Tafisa UK, Ltd.
- Tool GmbH

Álvaro Cuervo:

- ACS – Actividades de Construcción Y Servicios, S.A. *
- BA Vidrio, S.A. *
- ThyssenKrupp, S.A. *
- Sona – SGPS, S.A.
- Tableros de Fibras, S.A.

Ángel Alozano:

- Abertis Infraestructuras, S.A. *
- Abertis Telecom, S.A. *
- ACS Servicios y Concesiones, S.L. *
- ACS Servicios, Comunicaciones y Energía, S.L. *
- ACS Telefonía Móvil, S.A. *
- Broadnet Consorcio, S.A. (Presidente) *
- Clece, S.A. *
- Continental Auto, S.L. *
- Dragados Concesiones de Infraestructuras, S.A. *
- Dragados, S.A. *
- Energías Ambientales de Novo, S.A. (Presidente) *
- Energías Ambientales de Outes, S.A. (Presidente) *
- Energías Ambientales de Somozas, S.A. (Presidente) *
- Energías Ambientales de Vimianzo, S.A. (Presidente) *
- Energías Ambientales EASA, S.A. (Presidente) *
- Inversora de Infraestructuras, S.L. ***
- Saba Aparcamientos, S.A. *
- SAFRA, Energía Eólica, S.A. (Presidente) *
- Servicios Portuarios y Logísticos, S.A. *
- Societat Eólica de L'Enderrocada, S.A. (Presidente) *
- Tableros de Fibras, S.A.
- Urbaser *
- Xfera Móviles, S.A. (Presidente) *

Stefan Collignon:

- Glunz AG (Supervisory Board)

Hans-Georg Brodach:

- Glunz AG (Supervisory Board)

Thomas Nystén:

- Myllykoski Corporation *
- Gratenau & Hesselbacher GmbH *

(*) Sociedades não pertencentes ao Grupo Sonae

C. Demonstrações Financeiras Consolidadas
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Sonae Indústria, SGPS, S. A.

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2004

Activo	Euros			
	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	73 249 194	55 762 827	17 486 367	28 706 402
Despesas investigação e desenvolvimento	5 747 527	3 793 398	1 954 129	3 821 124
Propriedade industrial e outros direitos	4 103 152	3 932 643	170 509	161 191
Outras imobilizações incorpóreas	8 488		8 488	
Imobilizações em curso	62 087		62 087	3 815 582
	83 170 448	63 488 868	19 681 580	36 504 299
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	45 830 639	1 791 408	44 039 231	66 364 006
Edifícios e outras construções	352 150 978	87 069 684	265 081 294	317 674 115
Equipamento básico	1 582 800 321	779 849 209	802 951 112	938 920 246
Equipamento de transporte	13 635 719	12 118 738	1 516 981	2 384 319
Ferramentas e utensílios	5 805 244	4 148 397	1 656 847	2 108 124
Equipamento administrativo	42 514 838	26 793 370	15 721 468	18 271 026
Taras e vasilhame	120	120		9 488
Outras imobilizações corpóreas	12 291 582	10 036 548	2 255 034	4 944 114
Imobilizações em curso	16 527 656		16 527 656	23 323 488
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	206 453		206 453	621 000
	2 071 763 550	921 807 474	1 149 956 076	1 374 619 926
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas associadas	61 954 465	48 242 098	13 712 367	9 997 716
Empréstimos a empresas associadas	14 633 804	14 559 394	74 410	88 877
Partes de capital em outras empresas participadas	141 633	84 142	57 491	141 633
Títulos e outras aplicações financeiras	76 269	44 497	31 772	55 105
Outros empréstimos concedidos	380 283	304 430	75 853	430 914
Adiantamentos por conta investimentos financeiros	259 726		259 726	271 799
	77 446 180	63 234 561	14 211 619	10 986 044
CIRCULANTE				
Existências:				
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	92 242 546	1 853 701	90 388 845	96 323 828
Produtos e trabalhos em curso	3 656 340		3 656 340	4 989 063
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				772 997
Produtos acabados e intermédios	58 102 893	895 154	57 207 739	72 297 967
Mercadorias	8 585 443	261 072	8 324 371	9 551 013
Adiantamentos por conta de compras				6 171
	162 587 222	3 009 927	159 577 295	183 941 059
Dividas de terceiros - Médio e longo prazo:				
Clientes de cobrança duvidosa				1 704
Empresas associadas	76 243		76 243	78 786
Outros devedores	855 106	4 734	850 372	825 347
	931 349	4 734	926 615	941 661
Dividas de terceiros - Curto prazo:				
Clientes, c/c	83 982 443	3 958 274	80 024 169	131 520 944
Clientes - Títulos a receber	8 805 207		8 805 207	35 875 919
Clientes de cobrança duvidosa	10 824 652	9 938 053	886 599	2 372 708
Empresas associadas	14 427 743	2 096 185	12 331 558	74 911 588
Adiantamentos a fornecedores	1 008 176		1 008 176	1 375 844
Estado e outros entes públicos	14 254 701		14 254 701	29 497 781
Outros devedores	33 070 095	354 958	32 715 137	34 799 709
	166 373 017	16 347 470	150 025 547	310 354 493
Títulos negociáveis:				
Acções em empresas associadas	9 495 127	9 295 128	199 999	200 000
Obrigações em empresas associadas	3 606 072		3 606 072	3 606 073
Outros títulos negociáveis	2 183 631	9 516	2 174 115	3 343 530
Outras aplicações de tesouraria	35 081 680		35 081 680	1 878 284
	50 366 510	9 304 644	41 061 866	9 027 887
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	39 037 419		39 037 419	45 714 786
Caixa	647 034		647 034	996 950
	39 684 453		39 684 453	46 711 736
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de proveitos				
Custos diferidos				
	62 629 794		62 629 794	68 876 505
	5 646 332		5 646 332	11 806 495
	68 276 126		68 276 126	80 683 000
Total de amortizações		985 296 342		
Total de provisões		91 901 336		
Total do activo	2 720 598 855		1 643 401 177	2 053 770 105

O Conselho de Administração

Sonae Indústria, SGPS, S. A.

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2004

Capital Próprio e Passivo	04.12.31	03.12.31	Euros
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	700 000 000	500 000 000	
Prémios de emissão de acções	135 339 049	135 339 049	
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas		11 691 963	
Reservas de reavaliação	2 111 029		4 648 437
Reservas:			
Reservas legais	9 695 354	3 297 117	
Outras reservas	- 470 784 835	- 392 793 490	
	376 360 597	262 183 076	
Resultado líquido do exercício	29 213 582	- 78 573 030	
	405 574 179	183 610 046	
	41 211 484	168 714 245	
Interesses Minoritários			
	446 785 663	352 324 291	
PASSIVO			
Provisões para riscos e encargos:			
Provisões para pensões	20 878 782	22 349 653	
Provisões para impostos	239 782	416 144	
Outras provisões para riscos e encargos	25 690 145	34 547 906	
	46 808 709	57 313 703	
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis	80 001 968	23 140 934	
Dívidas a instituições de crédito	304 789 987	363 764 175	
Fornecedores, c/c	22 432	2 247	
Empresas associadas	153 951 340	364 234 643	
Outros empréstimos obtidos	3 291 121	2 721 823	
Fornecedores de imobilizado, c/c	11 784 753	9 991 784	
Estado e outros entes públicos	14 056 100	10 313 120	
Outros credores	434 401	50 072 785	
	568 332 102	824 241 511	
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
Convertíveis			
Não convertíveis	23 138 966		
Dívidas a instituições de crédito	90 488 311	328 213 239	
Adiantamentos por conta de vendas		604	
Fornecedores, c/c	135 882 429	140 394 616	
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	16 199 586	20 686 571	
Fornecedores - Títulos a pagar	22 573 754	23 683 944	
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar	1 342 132	1 279 282	
Empresas associadas	9 656 296	19 613 829	
Empresas participadas e participantes	25 304		
Adiantamentos de clientes	738 277	987 441	
Outros empréstimos obtidos	2 016 302	612 628	
Fornecedores de imobilizado, c/c	15 894 561	13 011 537	
Estado e outros entes públicos	21 235 071	25 869 897	
Outros credores	64 124 823	69 673 603	
	403 315 812	644 027 191	
Acréscimos e diferimentos			
Acréscimos de custos	86 032 307	81 202 068	
Proveitos diferidos	92 126 584	94 661 341	
	178 158 891	175 863 409	
	1 196 615 514	1 701 445 814	
Total do capital próprio, dos interesses minoritários e do passivo	1 643 401 177	2 053 770 105	

O Conselho de Administração

Sonae Indústria, SGPS, S. A.

Demonstração Consolidada dos Resultados a 31 de Dezembro de 2004

	Euros		
	04.12.31	03.12.31	
CUSTOS E PERDAS			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Mercadorias	58 986 009	41 815 575	
Matérias	653 188 450	623 117 029	664 932 604
Fornecimentos e serviços externos		404 588 016	383 665 334
Custos com o pessoal:			
Remunerações	177 047 442	190 241 701	
Encargos sociais:			
Pensões	2 889 761	1 787 801	
Outros	54 717 554	59 472 499	251 502 001
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo			
Provisões	126 039 928	132 462 855	
	7 212 559	14 163 155	146 626 010
Impostos	10 425 527	12 531 575	
Outros custos e perdas operacionais	2 049 722	1 842 378	14 373 953
(A)			
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	15 963	1 497 144 968	1 461 099 902
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas associadas	16 849 364	21 598 150	
Outros	69 613 875	74 953 288	96 569 694
(C)			
Perdas relativas a empresas associadas		1 583 624 170	1 557 669 596
Custos e perdas extraordinárias		29 275 371	1 538 539
(E)			63 892 194
Imposto corrente		1 612 899 541	1 623 100 329
Imposto diferido		8 701 387	4 141 529
(G)		9 889 265	- 1 539 577
Interesses minoritários		1 631 490 193	1 625 702 281
Resultado consolidado líquido do exercício		11 708 088	5 290 358
		29 213 582	- 78 573 030
		1 672 411 863	1 552 419 609
Proveitos e ganhos			
Vendas:			
Mercadorias	68 887 204	46 924 124	
Produtos	1 500 396 891	1 383 402 207	
Prestações de serviços	10 808 153	10 656 420	1 440 982 751
Variação da produção			
Trabalhos para a própria empresa		- 8 303 698	- 2 326 214
Proveitos suplementares	13 468 175	1 145 354	2 335 227
Subsídios à exploração	394 601		
Outros proveitos e ganhos operacionais	4 189 034	18 051 810	10 775 083
(B)		1 590 985 714	1 464 086 227
Ganhos de participações de capital:			
Relativos a empresas associadas	1 156 000	30 000	
Relativos a outras empresas	30 000	118	
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:			
Relativos a empresas associadas			
Outros	81 988	1 081 466	
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas associadas	2 149 529	59 925	
Outros	14 712 900	10 278 555	11 450 064
(D)			
Ganhos relativos a empresas associadas	1 609 116 131	1 475 536 291	
Proveitos e ganhos extraordinários	778 457	137 691	
(F)	62 517 275	76 745 627	
	1 672 411 863	1 552 419 609	
Resumo:			
Resultados operacionais: (B) - (A) =		93 840 746	2 986 325
Resultados financeiros: [(D) - (B)] - [(C) - (A)] =		- 68 348 785	- 85 119 630
Resultados correntes: (D) - (C) =		25 491 961	- 82 133 305
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		59 512 322	- 70 680 720
Resultado consolidado com os interesses minoritários do exercício: (F) - (G) =		40 921 670	- 73 282 672

SONAE INDÚSTRIA, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES DO EXERCÍCIO DE 2004

	Euros	
	04.12.31	03.12.31
Vendas e Prestações de Serviços	1 580 092 249	1 440 982 751
Custo Vendas e das Prestações de Serviços	-1 182 829 608	-1 134 091 774
RESULTADOS BRUTOS	397 262 641	306 890 977
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	13 593 297	17 991 613
Custos de Distribuição	- 134 787 824	- 114 405 120
Custos Administrativos	- 86 510 327	- 93 982 315
Outros Custos e Perdas Operacionais	- 105 573 425	- 123 524 009
RESULTADOS OPERACIONAIS	83 984 362	- 7 028 855
Custo Líquido de Financiamento	- 60 169 467	- 74 788 166
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	18 007 824	10 423 705
Ganhos (perdas) em outros investimentos	809 479	250 398
Resultados não usuais ou não frequentes	16 880 124	4 931 518
RESULTADOS CORRENTES	59 512 322	- 66 211 399
Imposto sobre os Resultados Correntes	- 18 590 652	- 2 601 951
RESULTADOS CORRENTES APÓS IMPOSTOS	40 921 670	- 68 813 350
Interesses minoritários	11 708 088	5 290 358
Resultados de operações em descontinuação		- 4 469 322
Resultados Extraordinários		
Imposto sobre os Resultados Extraordinários		
RESULTADOS LIQUIDOS	29 213 582	- 78 573 030
RESULTADOS POR ACÇÃO	0,2086684	-0,7857303

O Conselho de Administração

SONAE INDÚSTRIA, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

A informação constante deste anexo segue a estrutura e numeração propostas pelo Plano Oficial de Contabilidade, sendo apenas apresentadas as notas cuja informação é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Sonae Indústria, SGPS, SA.

0 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOPTADOS

As contas consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos e normas de consolidação do Plano Oficial de Contabilidade, com a alteração introduzida pelo decreto-lei n.º 238/91, de 2 de Julho.

As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos mais significativos utilizados na elaboração das contas consolidadas foram os seguintes:

(a) Custo histórico

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas ao custo histórico, modificado por reavaliações legais ou económicas de imobilizações corpóreas específicas, e com base no princípio da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (notas 1 e 3), mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

(b) Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a sociedade mãe e as suas filiais (notas 1 a 3). Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos na demonstração de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda. São efectuados ajustamentos na consolidação, quando necessário, por forma

a adaptar as políticas contabilísticas das filiais e associadas às definidas pelo Grupo. Os saldos, as transacções e os lucros entre empresas do Grupo foram eliminados.

(c) Investimentos financeiros

As sociedades em que o Grupo participe em mais de 20% mas em menos de 50% do capital social e nas quais o Grupo pode exercer influência significativa foram incluídas nas contas como empresas associadas pelo método de equivalência patrimonial. A parte do resultado líquido das associadas atribuível ao Grupo está incluída na demonstração de resultados. A parte de outros movimentos nos capitais próprios das associadas ocorridos após a aquisição e atribuíveis ao Grupo aparece relevada nos capitais próprios consolidados. São efectuados ajustamentos na consolidação quando necessário para adaptar as políticas contabilísticas das associadas às definidas pelo Grupo. As transacções e os lucros com empresas associadas são eliminados na consolidação, proporcionalmente.

As participações financeiras em empresas do grupo e associadas que sejam excluídas da consolidação nos termos estabelecidos no art.º 4º do decreto-lei n.º 238/91, bem como as participações em empresas participadas, são relevadas ao custo de aquisição (notas 2 e 4), posteriormente reduzido ao valor líquido estimado de realização através da constituição das provisões que se revelem necessárias.

(d) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria são valorizadas ao custo de aquisição, que inclui os gastos adicionais de compra.

Caso o valor de mercado dos títulos seja inferior ao custo de aquisição e se estime que a diferença corresponde a uma perda permanente de valor, são constituídas as respectivas provisões.

(e) Activo imobilizado corpóreo

O activo imobilizado corpóreo é apresentado ao seu custo de aquisição, incluindo as sucessivas reavaliações legais, acrescido das despesas imputáveis à compra.

Os subsídios recebidos ou a receber relativos a activos específicos são apresentados em proveitos diferidos e posteriormente considerados proveitos ao longo da vida útil dos respectivos bens. Os subsídios não identificáveis com activos específicos são considerados proveitos no exercício em que são recebidos.

(f) Depreciação

A depreciação é calculada em duodécimos pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada tipo de activo. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	%
Edifícios e outras construções	2
Equipamento básico	6,6
Equipamento de transporte	20
Equipamento administrativo	10
Imobilizações incorpóreas	20

(g) Propriedade Industrial e Outros Direitos

As marcas e patentes são apresentadas ao custo e amortizadas ao longo da vida útil do correspondente activo ou da duração da patente ou marca, dos dois a mais baixa.

(h) Diferenças de consolidação

As diferenças de consolidação, calculadas na data de aquisição de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, e que correspondem à diferença, positiva ou negativa, entre o valor de aquisição e o valor atribuível aos activos líquidos adquiridos, são registadas directamente nos capitais próprios como uma variação do saldo da rubrica “Outras Reservas” (ver nota 11).

(i) Capitalização de encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com activos específicos, incorridos até ao momento de entrada em funcionamento do respectivo bem, são capitalizados, nomeadamente os encargos financeiros relativos a empréstimos bancários e de empresas do grupo, destinados ao financiamento do activo imobilizado em curso. Estes encargos capitalizados são amortizados ao longo do período médio estimado de amortização daqueles activos fixos, que é de 15 anos (nota 28).

(j) Despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento

As despesas de instalação, de investigação e desenvolvimento de projectos específicos com expectativa razoável de sucesso comercial são capitalizadas desde que se considere serem os proveitos futuros estimados superiores aos custos de desenvolvimento já incorridos ou estimados incorrer e aos respectivos custos de produção, distribuição e administrativos. Estas despesas capitalizadas são amortizadas por um período de cinco anos (nota 25).

(k) Existências

As existências são apresentadas ao mais baixo entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é na generalidade calculado utilizando o critério da média ponderada e os seguintes métodos:

Mercadorias e Matérias-primas

- custo médio das existências, incluindo custos de transporte, despacho e manuseamento;

Produtos em Curso de Fabrico e Produtos Acabados

- incluem todos os custos directos de produção e encargos gerais de fabrico imputados com base num nível normal de actividade.

(l) Activos e passivos em moedas estrangeiras

Os activos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos para euros às taxas de câmbio em vigor no final do exercício. Os resultados das filiais estrangeiras são convertidos à taxa de câmbio média do exercício. As diferenças ocorridas na conversão da situação líquida inicial das subsidiárias são registadas numa reserva de conversão monetária, a qual está incluída na rubrica "Outras reservas".

Nos casos em que os saldos no fim do exercício estão regulados por contratos de compra a prazo de moeda estrangeira, a taxa de câmbio definida nesses contratos é utilizada para converter as suas componentes em euros.

As taxas de câmbio utilizadas no exercício para a conversão em euros das contas das filiais estrangeiras foram as constantes na nota n.º 24.

(m) Interesses minoritários

Os montantes dos capitais próprios das empresas filiais consolidadas, atribuíveis às acções ou partes detidas por pessoas ou entidades estranhas às empresas incluídas na consolidação, são inscritos no balanço consolidado na rubrica "Interesses minoritários".

Os interesses minoritários sobre o resultado líquido das filiais consolidadas são identificados e ajustados por dedução ao resultado do Grupo e inscritos na demonstração de resultados consolidada na rubrica "Interesses minoritários".

(n) Impostos sobre o rendimento

A estimativa de imposto sobre o rendimento para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 é calculada com base no resultado líquido ajustado de acordo com a legislação fiscal, considerando cada uma das filiais isoladamente ou os grupos de consolidação

fiscal, quando existentes, e considera, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

Os impostos diferidos, quando relevantes, são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, tendo sempre em consideração os prazos legais em vigor para a utilização futura dos reportes mencionados.

(o) Locação financeira

Os activos sob contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades estão reflectidas no balanço consolidado, de acordo com o disposto nas Directrizes Contabilísticas n.º 10 e 25 (nota 47).

(p) Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a riscos estimados.

(q) Especialização de exercícios

As empresas do grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.

I - INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS

NOTA 1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

FIRMA	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL		CONDIÇÕES			
		DETIDO		DE			
		31.12.2004		31.12.2003			
		Directo	Total	Directo	Total		
9)	Agloma – Financial Investments, B. V.	Ilhas Caimão	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Agloma - Sociedade Industrial de Madeira Aglomerada, S.A.	Oliveira do Hospital (Portugal)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
1)	Sonae Indústria – Prod. e Comerc. Derivados Madeira, S. A.	Mangualde (Portugal)	100,00%	92,86%	100,00%	94,43%	a)
2)	Celnave – Agência de Navegação, Lda.	Viana do Castelo (Portugal)	100,00%	36,08%	100,00%	35,08%	c)
2)	Celpap – Terminal de Celulose e Papel de Portugal, Lda.	Viana do Castelo (Portugal)	100,00%	36,08%	100,00%	35,08%	c)
	Cia. De Industrias y Negocios, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Eccociclo, Energia e Ambiente, S. A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
2)	Emprobal – Empr. Prod. e Comercial. de Embalagens, Lda.	Funchal (Portugal)	60,00%	21,65%	60,00%	21,05%	c)
	Euro Decorative Boards Ltd.	Knowsley (Reino Unido)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Euromegantic Lteé	Lac Mégantic (Canadá)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Euroresinas - Indústrias Químicas, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Explotaciones Comerciales, Industriales y de Servicios, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Explotaciones Madereras Catalanas, S. A.	Barcelona (Espanha)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
2)	Gescartão, SGPS, SA	Viana do Castelo (Portugal)	67,58%	36,08%	67,58%	35,08%	c)
	Glunz AG	Meppen (Alemanha)	98,17%	91,99%	98,17%	92,70%	a)
	Gollin GmbH	Bad Oeynhausen (Alemanha)	90,00%	82,79%	90,00%	83,43%	a)
3)	Imocapital, SGPS, SA	Maia (Portugal)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	b)
2)	Investalentejo, SGPS, S. A.	Vila do Conde (Portugal)	100,00%	36,08%	100,00%	35,08%	c)
4)	Isoroy Chatellerault	Labruguière (França)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
4)	Isoroy Diffusion, SNC	Rungis (França)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
4)	Isoroy Le Creusot, SAS	Torcy (França)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
4)	Isoroy Panneaux de Fibres, S.A.	St.Dizier (França)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Isoroy Transformation S.A.S.	St. Dizier (França)	99,99%	92,66%	99,99%	94,42%	a)
	Isoroy, SAS	Boulogne (França)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
2)	Lepe – Empresa Portuguesa de Embalagens, SA	Marinha Grande (Portugal)	100,00%	36,08%	100,00%	35,08%	c)
	Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Manipulaciones Florestales, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Megantic B.V.	Amsterdão (Países Baixos)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Movelparts – Comp. para a Indústria do Mobiliário, S.A.	Paredes (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Novobord (Pty) Ltd.	Woodhead (África do Sul)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
5)	Poliface – Componentes e Sist. para Mob. e Construção, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
2)	Portucel Embalagem – Empr. Produtora Embal. de Cartão, SA	Albarraque (Portugal)	100,00%	36,08%	100,00%	35,08%	c)
2)	Portucel Espanha, S. A.	Madrid (Espanha)	100,00%	36,08%	100,00%	35,08%	c)
2)	Portucel Recicla – Indústria de Papel Reciclado, SA	Mourão (Portugal)	100,00%	36,08%	100,00%	35,08%	c)
2)	Portucel Viana – Empresa Produtora de Papéis Industriais, SA	Viana do Castelo (Portugal)	100,00%	36,08%	100,00%	35,08%	c)
	Racionalización y Manufacturas Florestales, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Resoflex – Mobiliário e Equipamentos de Gestão, S.A.	Vila de Conde (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	SCS Beheer, BV	Holanda	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
6)	Sonae 4-P, Panels, Pulp, Paper and Packiging, S. A.	Madrid (Espanha)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Siaf – Soc. de Iniciativa e Aproveitamentos Florestais, S.A.	Mangualde (Portugal)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Socelpac, SGPS, SA	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Sociedade de Iniciativa e Aproveit. Florestais - Energias, S.A.	Mangualde (Portugal)	100,00%	92,67%	100,00%	94,44%	a)
4)	Société Civile Bois de la Duchesse	Auxerre (França)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)

4)	Société Civile de Chamouilley	St. Dizier (França)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
4)	Société Civile de la Route de Caen	Saint-Pierre (França)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
4)	Société de Panneaux Isoroy, S.A.S.	Ussel (França)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Somit – Imobiliária, S.A.	Oliveira do Hospital (Portugal)	100,00%	92,66%	100,00%	94,43%	a)
	Sonae – Serviços de Gestão, S. A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
7)	Sonae Indústria – Consultadoria e Gestão, S. A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Sonae Indústria – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE	
	Sonae Indústria de Revestimentos, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Sonae Novobord (Pty) Ltd	Woodhead (África do Sul)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
7)	Sonae Tafiba - Gestão Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	a)
	Sonae Tafiba (UK) Ltd	Knowsley (Reino Unido)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Sonae Tafiba Benelux, B. V.	Woerden (Países Baixos)	100,00%	92,66%	100,00%	92,70%	a)
	Sonae UK, Limited	Knowsley (Reino Unido)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Spanboard Products Ltd	Belfast (Reino Unido)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
2)	Sulpac, Empresa Produtora de Embalagens de Cartão, S. A.	Mourão (Portugal)	100,00%	36,08%	100,00%	35,08%	c)
	Tableros de Fibras, S.A.	Madrid (Espanha)	94,42%	92,66%	94,42%	94,42%	a)
	Tableros Tradema, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Tafibra - Tableros Aglomerados y de Fibras, A.I.E.	Madrid (Espanha)	100,00%	92,67%	100,00%	94,44%	a)
	Tafibra South Africa, Limited	África do Sul	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Tafibras, S.A.	Curitiba (Brasil)	53,99%	50,02%	53,99%	50,98%	a)
	Tafisa Brasil, S.A.	Curitiba (Brasil)	100,00%	58,12%	100,00%	59,23%	a)
8)	Tafisa Canadá Société en Commandite	Lac Mégantic (Canadá)	99,99%	92,66%	67,23%	63,48%	a)
	Tafisa France S.A.S.	Rungis (França)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Tafisa U.K.Ltd.	Knowsley (Reino Unido)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Tavapan, SA	Tavannes (Suíça)	100,00%	91,99%	100,00%	92,70%	a)
	Tecnologias del Medio Ambiente, S.A.	Barcelona (Espanha)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%	a)
	Tool, GmbH	Meppen (Alemanha)	100,00%	91,99%	100,00%	92,70%	a)

- a) Alínea a), nº1 do artº1º do decreto-lei n.º 238/91 (maioria dos direitos de voto, sendo titular do capital da empresa);
- b) Alíneas c) e d), nº1 do artº1º do decreto-lei n.º 238/91;
- c) Integradas nas demonstrações financeiras consolidadas da Imocapital, SGPS, S. A.;
- 1) Ex-Casca - Sociedade de Revestimento, S.A.;
- 2) Sociedade detida directa ou indirectamente pela Imocapital SGPS, S. A. e desconsolidada, com efeitos a 31 de Dezembro de 2004, na sequência da alienação desta (ver aliena seguinte e nota 43);
- 3) Sociedade alienada em Dezembro de 2004;
- 4) Sociedade integrada na Isoroy SAS por fusão realizada em 30 de Junho de 2004;
- 5) Sociedade integrada na Sonae – Indústria de Revestimentos, S. A. por fusão realizada em 6 de Julho de 2004;
- 6) Ex-Selvicola del Norte, S. A.;
- 7) Sociedade integrada na Sonae Indústria – Produção e Comercialização de Derivados de Madeira, S. A. por fusão realizada em 4 de Maio de 2004;
- 8) Aumento de participação em Maio de 2004;
- 9) Empresa em processo de liquidação, tendo sido desconsolidada no final de 2004.

NOTA 2. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

FIRMA	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL DETIDO		CONDIÇÕES DE EXCLUSÃO	
		31.12.2004		31.12.2003	
		Directo	Total	Directo	Total
1) Eiweiler Sperrholz GmbH	Alemanha	100,00%	91,99%	100,00%	92,70%
2) Enercicla, Lda	Mourão	100,00%	36,08%	100,00%	35,08%
Florestal y Maderera, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%
Glunz Service GmbH	Hamm (Alemanha)	100,00%	91,99%	100,00%	92,70%
Glunz Uk Holdings, Ltd.	Londres (Reino Unido)	100,00%	91,99%	100,00%	92,70%
Glunz Uka GmbH	Hamm (Alemanha)	100,00%	91,99%	100,00%	92,70%
Isoroy Casteljaloux	Casteljaloux (França)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%
Orpin, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%
OSB Deustchland	Alemanha	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%
1) Novobord GmbH	Hamm (Alemanha)	100,00%	91,99%	100,00%	92,70%
Poliface Brasil, Ltda.	São Paulo (Brasil)	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Poliface North America	Québec (Canadá)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%
Société des Essences Fines Isoroy	Honfleur (França)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%
Société Industrielle et Financière Isoroy	Rungis (França)	100,00%	92,66%	100,00%	94,42%
Société de Tranchage Isoroy	Honfleur (França)	99,82%	92,66%	99,82%	94,25%
Sonae Espanha, S.A.	Madrid (Espanha)	99,94%	99,94%	99,94%	94,94%
Sonae Indústria Brasil, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3) Sonae North América Inc.	Quebec (Canadá)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

- a) nº1 do art.º 4º do Decreto-Lei nº 238/91 (exclusão por imaterialidade);
- b) Sociedade desconsolidada nas condições referidas na nota 50-7);
- 1) Sociedade integrada na Glunz AG por fusão realizada em 13 de Dezembro de 2004.
- 2) Sociedade detida indirectamente pela Imocapital, SGPS, S. A., alienada à data de 16 de Dezembro de 2004.
- 3) Sociedade liquidada em 12 de Julho de 2004.

NOTA 3: EMPRESAS ASSOCIADAS CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

FIRMA	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL DETIDO			
		31.12.2004		31.12.2003	
		Directo	Total	Directo	Total
1) Ipaper - Indústria de Papéis Impregnados, S. A.	Maia (Portugal)	49,00%	49,00%	100,00%	100,00%
Serradora Boix	Barcelona				
		31,25%	28,96%	31,25%	29,60%

- 1) Ex-Maichave – Consultoria e Gestão, SA. Anteriormente consolidada pelo método de integração global, foi alienada parcialmente, com consequente perda de controlo.

**NOTA 4. EMPRESAS ASSOCIADAS NÃO CONTABILIZADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA
PATRIMONIAL**

FIRMA	SEDE SOCIAL	% DE CAPITAL				MOTIVOS DE EXCLUSÃO
		DETIDO		31.12.2003		
		31.12.2004	Directo	Total	Directo	Total
OKO Zentrum NRW	Alemanha	25,00%	22,99%	25,00%	23,25%	a)
Promodeco – Proj. Imobiliário Decoração e Construção, Lda	Maia	27,60%	27,60%	27,60%	27,60%	a)
Sonaegest	Maia	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	a)
Stinnes Holz GmbH	Hamm (Alemanha)	35,25%	32,43%	35,25%	32,79%	a)

a) nº1 do artº4º do decreto-lei n.º 238/91 (exclusão por imaterialidade);

NOTA 7. TRABALHADORES AO SERVIÇO

O número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, das empresas incluídas na consolidação pode ser analisado como segue:

Por categoria:

Quadros	633
Técnicos	1 437
Pessoal administrativo	643
Directos	3 901
 Total (1)	 <u>6 614</u>

(1) Inclui o número médio de trabalhadores da Imocapital, SGPS, S. A. e empresas por esta detidas.

III - INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

NOTA 10: DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme política expressa na nota 0.h), as diferenças de consolidação foram registadas na rubrica “Outras reservas”:

	04.12.31	03.12.31	Euros Variação
De abertura	- 3 288 657	- 3 431 487	142 830
Positivas (a)	- 206 288 490	- 208 695 117	2 406 627
Negativas	29 997 864	38 305 500	- 8 307 636

(a) Líquido de amortizações acumuladas a 1 de Janeiro de 2001.

A variação registada nas diferenças de consolidação negativas inclui o montante de 11 514 271 euros associado à alienação da Imocapital, SGPS, SA e suas subsidiárias (nota 1).

NOTA 11. DISPOSIÇÕES DO POC DERROGADAS NO EXERCÍCIO

A política contabilística utilizada a partir de 1 de Janeiro de 2001 no tratamento das diferenças de consolidação (nota 0-h) constitui uma derrogação dos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais preconizam que as diferenças de consolidação devem ser relevadas em rubrica autónoma do Imobilizado incorpóreo (Diferenças de consolidação) e amortizadas em quotas constantes durante o período estimado para a recuperação dos investimentos financeiros respectivos. Caso tivesse sido utilizado o critério preconizado pelo Plano Oficial de Contabilidade, viriam aumentados os valores das rubricas de Imobilizado incorpóreo líquido e Capitais próprios em 152 613 603 euros e o valor do resultado do exercício viria diminuído em 12 459 115 euros.

**NOTA 14. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:
ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO**

A comparabilidade do Balanço Consolidado e da Demonstração Consolidada de Resultados de 31 de Dezembro de 2004 com o exercício homólogo do ano anterior é afectada pelas seguintes alterações do perímetro de consolidação (nota 1, nota 43):

- 1) No final do exercício de 2004 foram alienadas as seguintes sociedades:
 - a) Imocapital, SGPS, SA;
 - a) Celnave – Agência de Navegação, Lda
 - a) Celpap – Terminal de Celulose e Papel de Portugal, Lda
 - a) Emprobal – Empr. Prod. e Comercial. de Embalagens, Lda
 - a) Gescartão, SGPS, SA
 - a) Investalentejo, SGPS, S. A
 - a) Lepe – Empresa Portuguesa de Embalagens, SA
 - a) Portucel Embalagem – Empr. Produtora Embal. de Cartão, SA
 - a) Portucel España, S. A.
 - a) Portucel Recicla – Indústria de Papel Reciclado, SA
 - a) Portucel Viana – Empresa Produtora de Papéis Industriais, SA
 - a) Sulpac, Empresa Produtora de Embalagens de Cartão, S. A.
- a) Sociedade anteriormente consolidada pelo método de integração global.
- 2) No final do exercício de 2004 a seguinte sociedade passou a ser registada pelo método de equivalência patrimonial (nota 3).
 - b) Ipaper – Indústria de Papéis Impregnados, S. A.
 - b) Sociedade anteriormente consolidada pelo método de integração global.

NOTA 18. CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

O conjunto das empresas incluídas na consolidação contabilizaram as participações em associadas de acordo com a alínea a) do n.º 5.4.3.1. do anexo II do Plano Oficial de Contabilidade (custo de aquisição). No entanto, e nos casos mencionados na Nota 3. foram efectuados ajustamentos de consolidação para a contabilização das participações em associadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com o n.º 13.6.1 das Normas de Consolidação de Contas. Nas restantes situações (nota 4 – exclusão por imaterialidade), as participações em associadas permanecem ao custo de aquisição.

IV - INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

NOTA 21. COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Os compromissos financeiros não reflectidos no balanço à data de 31 de Dezembro de 2004 são os seguintes:

- a) Os bancos participantes no empréstimo sindicado de 100 000 000 euros detêm uma opção de venda à Sonae Indústria SGPS, SA dos créditos por eles concedidos a um conjunto de subsidiárias desta última, a ser exercida nos termos referidos no ponto 7 da nota 50;
- b) Responsabilidade por rendas de ALD vincendas no montante 876 537 euros;
- c) A Sonae Indústria, S. G. P. S., S. A. é solidariamente responsável com o seu principal accionista, Sonae S.G.P.S., S. A., pelo cumprimento das obrigações decorrentes de um contrato de financiamento junto do Banco Europeu de Investimentos, no montante de 50 000 000 euros, efectuado durante o exercício de 2001;
- d) Durante o mês de Abril de 2004, várias sociedades integradas no perímetro de consolidação da Sonae Indústria SGPS, SA celebraram, com entidade terceira, contratos de sublocação de instalações fabris utilizadas na sua actividade operacional, na qual assumem pagar rendas trimestrais no montante de 480 041 euros por um período de 12 anos, num montante total de 23 041 936 euros. Os bens sub-locados eram já anteriormente utilizados na actividade operacional destas sociedades através de contratos de arrendamento.

Os contratos agora celebrados incluem termos que, no âmbito da Directriz contabilística nº. 25, permitem a respectiva classificação como locação operacional. A responsabilidade por rendas vincendas à data de 31 de Dezembro de 2004 atingia o valor de 22 468 696 euros.

NOTA 22. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

A 31 de Dezembro de 2004, as responsabilidades das empresas incluídas na consolidação por garantias prestadas podem ser apresentadas como segue:

<u>Euros</u>	
Garantias	258 446 794
Hipotecas	85 282 400
Penhores	3 990 840
Outras	40 335 421

V - INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

NOTA 23. CRITÉRIOS VALORMÉTRICOS

Ver Nota 0.

A partir do início de 2004, o Grupo adoptou o critério de incluir as amortizações de immobilizado associado à actividade fabril no custeio dos produtos acabados e em curso. Esta alteração aumentou o saldo de existências no final do excercício de 2004 em aproximadamente 2 900 000 euros.

NOTA 24 - COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO EM EUROS

As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes (nota 0-I):

	Taxa média exercício	Taxa 31.12.2004
Libra	0,67815	0,70509
Franco Suiço	1,54368	1,54290
Real	3,63293	3,61467
Rand	7,99424	7,68994
Dollar Canadiano	1,61611	1,64160

NOTA 25 – DESPESAS DE INSTALAÇÃO

Durante o exercício não ocorreram movimentos significativos na rubrica “Despesas de instalação”.

VI - INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

NOTA 27. MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Os movimentos ocorridos durante o exercício nas rubricas do activo immobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações e provisões podem ser resumidos como segue:

Activo Bruto	Euros				
Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações (a)	Transferências e Abates (b)	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	74 207 620	223 332	672 350	- 509 408	73 249 194
Despesas de investigação e desenvolvimento	12 694 574	153 822	7 070 068	- 30 801	5 747 527
Propriedade industrial e outros direitos	4 082 460	10 372	65 694	76 014	4 103 152
Outras imobilizações incorpóreas				8 488	8 488
Imobilizações em curso	3 815 582	1 307 635	4 063 100	- 998 030	62 087
	94 800 236	1 695 161	11 871 212	- 1 453 737	83 170 448
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	68 128 768	177	23 871 203	1 572 897	45 830 639
Edifícios e outras construções	429 069 300	2 594 178	74 892 481	- 4 620 019	352 150 978
Equipamento básico	1 790 167 429	1 843 442	222 279 903	13 069 353	1 582 800 321
Equipamento de transporte	21 956 663	737 791	8 480 101	- 578 634	13 635 719
Ferramentas e utensílios	6 014 588	47 537	588 380	331 499	5 805 244
Equipamento administrativo	57 237 649	502 923	8 055 293	- 7 170 441	42 514 838
Taras e Vasilhame	25 005		24 885		120
Outras imobilizações corpóreas	28 190 861	50 385	16 316 522	366 858	12 291 582
Imobilizações em curso	23 323 488	49 480 421	4 775 076	- 51 501 177	16 527 656
Adiant. p/conta de imobilizações corpóreas	621 000	1 534 472	508 536	- 1 440 483	206 453
	2 424 734 751	56 791 326	359 792 380	- 49 970 147	2 071 763 550
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas associadas	56 856 286	4 007		5 094 172	61 954 465
Empréstimos a empresas associadas	15 058 022		135 684	- 288 534	14 633 804
Partes de capital em outras empresas participadas	141 633				141 633
Titulos e outras aplicações financeiras	86 253			- 9 984	76 269
Outros empréstimos concedidos	430 914		9 924	- 40 707	380 283
Adiant. P/conta investimentos financeiros	271 799	7 566	16 725	- 2 914	259 726
	72 844 907	11 573	162 333	4 752 033	77 446 180

a) Inclui diminuições de immobilizado referentes a sociedades alienadas (nota 1) no valor de 337 770 515 euros.

b) Inclui actualização cambial dos saldos iniciais das filiais estrangeiras no valor 4 940 003 euros.

A m o r t i z a ç õ e s e p r o v i s õ e s					Euros
Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações (a)	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	45 501 218	11 386 324	- 1 124 715	55 762 827	
Despesas de investigação e desenvolvimento	8 873 450	1 236 722	- 6 316 774	3 793 398	
Propriedade industrial e outros direitos	3 921 269	320 946	- 309 572	3 932 643	
	58 295 937	12 943 992	- 7 751 061	63 488 868	
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recurso naturais	1 764 762	27 764	- 1 118	1 791 408	
Edifícios e outras construções	111 395 185	7 885 665	- 32 211 166	87 069 684	
Equipamento básico	85 1247 183	98 032 594	- 169 430 568	77 949 209	
Equipamento de transporte	19 572 344	1593 487	- 9 047 093	12 118 738	
Ferramentas e utensílios	3 906 464	997 345	- 755 412	4 148 397	
Equipamento administrativo	38 966 623	3 137 118	- 15 310 371	26 793 370	
Taras e Vasilhames	15 517	2 425	- 17 822	120	
Outras imobilizações corpóreas	23 246 747	1 798 267	- 15 008 466	10 036 548	
	1050 114 825	113 474 665	- 24 178 2 016	921807 474	
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas associadas	46 858 570	1 500 000	- 116 472	48 242 098	
Empréstimos a empresas associadas	14 969 145		- 409 751	14 559 394	
Partes de capital em empresas participadas			84 142	84 142	
Outros empréstimos concedidos		7 831	296 599	304 430	
Títulos e outras aplicações financeiras	31 148	8 130	5 219	44 497	
	61 858 863	15 15 961	- 140 263	63 234 561	

(a) Inclui diminuições referentes a sociedades alienadas (nota 1) no valor de 189 234 396 euros;

Inclui actualização cambial dos saldos iniciais das filiais estrangeiras no valor de 273 226 euros.

NOTA 28. CUSTOS FINANCEIROS CAPITALIZADOS NO EXERCÍCIO

Durante o exercício não foram capitalizados custos financeiros respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações em construção (nota o-i).

NOTA 33. DÍVIDAS A TERCEIROS VENCÍVEIS A MAIS DE CINCO ANOS

O montante das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vencem para além de cinco anos é 86 320 092 euros.

NOTA 34. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

A 31 de Dezembro de 2004, era o seguinte o montante das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado cobertas por garantias reais prestadas pelas empresas incluídas no perímetro de consolidação:

<u>Euros</u>	
Hipotecas	36 664 042
Penhores	99 037

NOTA 36. INFORMAÇÃO SEGMENTAL

A actividade desenvolvida pela Sonae Indústria, S. G. P. S., S. A. e respectivas subsidiárias caracteriza-se por uma elevada dispersão geográfica dos activos e mercados em que se encontra presente, e por uma relativa homogeneidade em termos de produtos e serviços. Em relação ao elemento geográfico, importa referir que a Sociedade desenvolve a sua actividade produtiva através de subsidiárias instaladas em 9 países: Portugal, Espanha, França, Alemanha, Reino Unido, Suiça, Canadá, Brasil e África do Sul, que em conjunto absorvem cerca de 80% do volume de negócios consolidado. Para efeitos de análise segmental, verifica-se que tanto o risco de negócio como a rendibilidade da Sociedade, a nível consolidado, são função, principalmente, do vector geográfico e, acessoriamente, da diversidade de negócios, sendo também esta a forma como se encontra organizada a estrutura interna de gestão e de relato financeiro ao Conselho de Administração.

Consequentemente, para efeitos de relato financeiro por segmentos, a localização geográfica dos activos constitui o principal vector de segmentação, que se encontra complementado com informação por segmento de negócio.

A informação segmental que a seguir se apresenta foi preparada de acordo com as regras definidas tanto pela Directriz Contabilística nº. 27 como pela Norma Internacional de Contabilidade nº. 14 (revisão de 1997).

1. Segmentos geográficos

1.1. Com base na localização geográfica dos activos

mil Euros	Segmentos										
	Portugal	Espanha	França	Alemanha	Reino Unido	Brasil	Canadá	África do Sul	Outros	Eliminações	Consolidado
Réditos											
Vendas externas	341 833	230 797	173 073	302 568	103 871	74 459	130 009	92 361	131 121		
Vendas inter-segmentos	93 298	40 097	76 745	111 925	134	100		6 570	- 328 867		
Réditos totais	435 131	270 893	249 817	414 493	104 005	74 559	130 009	92 361	137 690	- 328 867	1 580 092
Resultados											
Resultados segmentais	30 230	7 408	1 453	30 857	- 22 473	7 076	14 298	19 823	894		
Eliminações inter-segmentos											
Resultados segmentais	30 230	7 408	1 453	30 857	- 22 473	7 076	14 298	19 823	894		89 566
Resultados não imputados											37 516
Custos financeiros											86 479
Proveitos financeiros											18 130
Parte resultados líquidos de associadas	504	275									778
Imposto sobre os lucros	7 631	1	360	2 276		984	3 099	4 039	202		18 591
Resultado das actividades ordinárias	23 070	7 682	1 093	28 582	- 22 473	6 092	11 199	15 784	692		40 922
Perdas extraordinárias											
Proveitos extraordinários											
Interesses minoritários											11 708
Resultado consolidado líquido do exercício											29 214
Activos líquidos segmentais	197 276	231 317	221 431	323 023	119 632	117 622	151 016	89 970	4 806		1 456 092
Investimento em associadas	70	2 259									2 329
Activos líquidos não imputados											184 980
Activos líquidos totais consolidados											1 643 401
Passivos segmentais	58 330	85 199	83 559	137 710	25 173	19 193	17 129	18 153	6 433		450 879
Passivos não imputados											745 736
Passivos totais consolidados											1 196 616
Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo	39 114	4 674	5 464	1 732	1 123	1 199	4 027	1 480	271		59 084
Amortizações do exercício	34 553	18 323	14 702	23 267	11 252	6 943	12 655	4 215	131		126 040

Em conformidade com o disposto na Directriz contabilística nº. 27 – Relato por segmentos, as contas 79 e 69, conforme classificação do Plano Oficial de Contabilidade, são incluídas nos Resultados segmentais. As Perdas e Proveitos extraordinários, no âmbito da referida directriz, são conceptualmente idênticas ao definido na Directriz contabilística nº. 20 – Resultados por funções.

1.2. Com base na localização geográfica dos clientes externos

Segmento	mil Euros	
Rérito		
Alemanha	290 719	18.4%
Espanha	276 131	17.5%
França	189 946	12.0%
Portugal	178 545	11.3%
América do Norte	164 879	10.4%
África do Sul	100 584	6.4%
Reino Unido	99 673	6.3%
Brasil	65 680	4.2%
Outros	213 934	13.5%
Total	1 580 092	

2. Segmentos de negócio

mil Euros	Segmentos		
	Derivados madeira	Derivados papel	Total
Réritos	1 400 659	179 433	1 580 092
Activos líquidos segmentais	1 456 092		1 456 092
Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo	38 766	20 319	59 084

NOTA 38. IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o detalhe dos impostos diferidos activos e passivos de acordo com as diferenças temporárias que os geraram é como segue:

	Euros			
	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31.12.2004	31.12.2003	31.12.2004	31.12.2003
Prejuízos fiscais reportáveis	60 488 971	67 340 895		
Homogeneização de critérios			29 245 468	26 320 823
Outros	253 700		- 1310 743	4 231 383
	60 488 971	67 594 595	27 934 725	30 552 206

O saldo de activos por impostos diferidos inclui o montante de aproximadamente 60 488 971 euros, registado em exercícios anteriores, relacionado com prejuízos fiscais reportáveis gerados por subsidiárias localizadas essencialmente no Reino Unido, Alemanha e França, que de uma forma geral não têm prazo de caducidade.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 foi como segue:

	Euros			
	Activos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31.12.2004	31.12.2003	31.12.2004	31.12.2003
Saldo inicial				
Efeito em resultado (conta 862):				
Prejuízos fiscais reportáveis	- 3 381 721	2 928 789		
Efeito de alteração de taxa de imposto		- 747 750		- 2 297 867
Homogeneização de critérios			5 985 185	1 805 187
Outros		- 217 235	522 359	916 903
Sub-total	- 3 381 721	1 963 804	6 507 544	424 223
Efeito em resultado - outros:				
Alterações do perímetro de consolidação	- 3 649 691	- 2 575 400	- 9 508 573	- 683 724
Outros		- 672 046		
Sub-total	- 3 649 691	- 3 247 446	- 9 508 573	- 683 724
Efeito em reservas:				
Outros	- 74 210	- 278 826	383 545	- 129 779
Saldo final	60 488 971	67 594 595	27 934 725	30 552 206

No exercício foram registados 6 963 574 euros e revertidos 456 030 euros de passivos por impostos diferidos, relevados na rubrica própria da demonstração consolidada de resultados e na rubrica de acréscimo de custos do balanço consolidado.

No exercício, foram ainda registados 1 204 175 euros e revertidos 4 585 896 euros de activos por impostos diferidos, relevados na rubrica de imposto diferido da demonstração consolidada de resultados e na rubrica de acréscimos de proveitos do balanço consolidado.

NOTA 41. DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O Imobilizado corpóreo detido pelas várias empresas com sede em Portugal incluídas na consolidação foi reavaliado ao longo dos vários exercícios decorridos de acordo com as seguintes disposições legais: decretos-lei nºs 430/78, de 27 de Dezembro, 219/82, de 2 de Junho, 278/85, de 17 de Julho, 118/86, de 27 de Maio, 111/88, de 2 de Abril, 49/91, de 25 de Janeiro e 264/92 de 24 de Novembro. Exceptuam-se os casos dos activos adquiridos recentemente a preço de mercado.

NOTA 42. REAVALIAÇÕES

O efeito global das reavaliações efectuadas no activo imobilizado pode ser demonstrado como segue:

Rúbricas	Custo Histórico (a)	Euros	
		Reavaliações (a)(b)	Valores Contabilísticos Reavaliados (a)
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	43 624 901	414 330	44 039 231
Edifícios e outras construções	264 219 070	862 224	265 081 294
Equipamento básico	801 535 412	1 415 700	802 951 112
Equipamento de transporte	1 261 489	255 492	1 516 981
Ferramentas e utensílios	1 656 844	3	1 656 847
Equipamento administrativo	15 721 468		15 721 468
Outras imobilizações corpóreas	2 252 561	2 473	2 255 034
	1 130 271 745	2 950 222	1 133 221 967

(a) Líquidos de amortizações;

(b) Englobam as sucessivas reavaliações.

**NOTA 43. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:
QUANTIFICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO**

As alterações referidas na nota 14 afectam a comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Indústria, SGPS, S. A. com o exercício do ano anterior. Entre estas alterações destaca-se a alienação da Imocapital, SGPS, S. A. em 16 de Dezembro de 2004, que provocou a respectiva saída do perímetro de consolidação da Sonae Indústria, SGPS, S. A. reportada à data de 31 de Dezembro de 2004, juntamente com as sociedades por ela controladas. Consequentemente, foi reconhecida linha-a-linha a demonstração de resultados do exercício de cada uma destas sociedades, correspondente a um resultado líquido no valor de 18 175 608 euros, e foi reconhecida uma mais-valia consolidada na rubrica de Proveitos extraordinários no valor de 13 095 955 euros. O balanço das mesmas sociedades foi excluído do balanço consolidado.

São de destacar os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras do exercício de 2004 que afectam a comparabilidade com o exercício de 2003:

Em mil Euros	Com Imocapital (1)	Sem Imocapital (2)	Variação (1) - (2)
Imobilizado Incorpóreo	22 467	19 681	2 786
Imobilizado corpóreo	1 293 092	1 149 956	143 136
Imobilizado financeiro	14 167	14 212	- 45
Existências	181 639	159 577	22 062
Dívidas de terceiros	198 084	150 952	47 132
Disponibilidades	95 061	80 746	14 315
Outros activos	99 808	68 276	31 532
	1 904 319	1 643 401	260 918
Total de capitais próprios	402 858	405 574	- 2 717
Interesses minoritários	146 747	41 211	105 535
Dívidas a terceiros - mlp	705 994	568 332	137 662
Dívidas a terceiros - cp	402 939	403 316	- 377
Outros passivos	245 782	224 968	20 814
	1 904 319	1 643 401	260 918

NOTA 44. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

	Euros	
	04.12.31	03.12.31
Custos e perdas		
Juros suportados	51116 236	65 382 263
Amortização de investimento em imóveis		
Provisões para aplicações financeiras	15 963	18 256
Diferenças de câmbio desfavoráveis	10 308 608	5 882 054
Descontos de pronto pagamento concedidos	16 110 038	16 151659
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		4 772
Outros custos e perdas financeiras	8 928 357	9 130 690
Resultados financeiros	- 68 348 785	- 85 119 630
	<u>18 130 417</u>	<u>11450 064</u>
Proveitos e ganhos		
Juros obtidos	3 641 304	3 299 012
Rendimentos de imóveis		
Rendimentos de participações de capital	1 186 000	30 118
Diferenças de câmbio favoráveis	9 331 824	4 855 670
Descontos de pronto pagamento obtidos	3 089 678	2 829 015
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	32 640	43 814
Outros proveitos e ganhos financeiros	848 971	392 435
	<u>18 130 417</u>	<u>11450 064</u>

NOTA 45. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

	Euros	
	04.12.31	03.12.31
Custos e perdas		
Donativos	119 408	99 406
Dívidas incobráveis	906 947	7 859 350
Perdas em existências	213 033	643 843
a) Perdas em imobilizações	13 391 443	7 620 879
Multas e penalidades	670 769	133 047
Aumentos de amortizações e provisões	3 408 461	12 793 819
Correcções relativas a exercícios anteriores	2 819 097	9 910 718
b) Outros custos e perdas extraordinárias	7 746 214	24 831 131
Resultados extraordinários	33 241 904	12 853 434
	<u>62 517 276</u>	<u>76 745 627</u>
Proveitos e ganhos		
Restituição de impostos	6 069 687	4 706 846
Recuperação de dívidas	1 205 266	389 055
Ganhos em existências	76 320	152 435
c) Ganhos em imobilizações	31 509 121	20 697 193
Benefícios de penalidades contratuais	413	170
Reduções de amortizações e provisões	7 386 421	31 148 245
Correcções relativas a exercícios anteriores	5 564 858	6 313 811
Outros proveitos e ganhos extraordinários	10 705 190	13 337 872
	<u>62 517 276</u>	<u>76 745 627</u>

- a) Inclui abates e alienação de imobilizado corpóreo no valor de 10 895 713 euros;
- Inclui alienação e liquidação de participações financeiras no valor de 1 057 685 euros.
- b) Inclui indemnizações por rescisão de contratos de trabalho no valor de cerca de 3 900 000 euros.

- c) Inclui mais-valia referente à alienação de diversos lotes de acções de empresas do grupo no valor de 10 946 620 e mais-valia referente à alienação da Imocapital, SGPS, S. A. no valor de 13 095 955 euros. euros;

NOTA 46. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES E MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

As provisões acumuladas a 31 de Dezembro de 2004 e o seu movimento durante o exercício terminado nesta data, são as seguintes:

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução (a)	Euros Saldo Final
Provisões p/ aplicações de tesouraria	9 322 898		18 254	9 304 644
Provisões para cobranças duvidosas	20 126 304	4 170 294	7 944 394	16 352 204
Provisões para riscos e encargos	57 313 703	5 303 341	15 808 335	46 808 709
Provisões para depreciação de existências	4 249 867	403 589	1 643 529	3 009 927
Provisões para investimentos financeiros	59 358 863	4 015 961	140 263	63 234 561
	150 371 635	13 893 185	25 554 775	138 710 045

- a) Inclui diminuições referentes a sociedades alienadas (nota 1) no valor de 1 935 681 euros;
Inclui redução de provisões por fusão de sociedades no valor de 7 411 176 euros.

NOTA 47. BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA E RESPECTIVOS VALORES CONSOLIDADOS

	Euros
Terrenos	98 286
Edifícios e outras construções	6 504 411
Equipamento básico	20 105 239
Equipamento de transporte	848 046
Equipamento administrativo	1 272 585
Outras imobilizações corpóreas	28 828 567

NOTA 50. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

1) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

a) Acréscimos de Proveitos

Os principais valores incluídos nesta rubrica são:

	Euros
Activos por impostos diferidos (nota 38)	60 488 971

b) Acréscimos de Custos

Os principais valores incluídos nesta rubrica são:

	Euros
Impostos diferidos passivos (nota 38)	27 934 725
Remunerações a liquidar	18 533 170
Descontos de quantidade	23 311 904
Fornecimentos e serviços externos	6 831 323
Juros a liquidar	1 688 208

c) Proveitos Diferidos

Os principais valores incluídos nesta rubrica são:

	Euros
Subsídios ao investimento	92 126 313

2) OUTROS DEVEDORES – CURTO PRAZO

Os principais valores incluídos nesta rubrica são:

	Euros
Contas correntes de "factoring"	1 618 491
Subsídios ao investimento	2 120 655
Securitização de créditos (nota 50-8)	20 423 304

3) OUTROS CREDORES – CURTO PRAZO

Os principais valores incluídos nesta rubrica são:

	Euros
Contas correntes de "factoring"	12 761 445
Adiantamento por conta alienação imóveis (I)	17 700 000

(I) Inclui essencialmente:

- i) Adiantamento de aproximadamente 12 milhões de euros, recebido no âmbito de um contrato promessa de alienação das antigas instalações da unidade de Pontevedra, celebrado com a empresa "Landscape Grupo LAR, S.L.";
- ii) Recebimento no exercício de 2004 do montante de 5 milhões de euros, registado no passivo, como adiantamento por conta de venda de activos florestais a concretizar em 2005.

4) EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

Os empréstimos obrigacionistas podem ser resumidos como segue:

- a) Tafisa 98, no valor de 23 138 966 euros, que será reembolsado na sua totalidade em 2005. A taxa de juro corresponde à Mibor acrescida de 0,75%.
- b) Sonae Indústria 2004, emitido em 15 de Outubro de 2004, no valor de 80 000 000 euros, a ser reembolsado numa única prestação no final do prazo de 5 anos. Os juros são calculados à taxa EURIBOR de 6 meses acrescida de 0,875% a.a. e serão pagos semestralmente nos dias 15 de Abril e 15 de Outubro de cada ano.

5) PENSÕES DE REFORMA

No âmbito da política salarial praticada por várias subsidiárias da Sonae Indústria, S. G. P. S, S. A., foram constituídos em exercícios anteriores planos de benefícios de reforma nos seguintes termos:

- a) Glunz AG: dispõe de um plano de benefícios definidos, sem fundo constituído, calculado de acordo com a norma internacional nº 19 com base em estudos actuariais levados a cabo por entidade independente. A sociedade tem registada uma provisão na rubrica de Provisões para outros riscos e encargos – provisões para pensões, no valor de 20 498 782 euros, que cobre o valor das responsabilidades calculadas através de estudo actuarial reportado à data de 31 de Dezembro de 2004;
- b) Outras subsidiárias da Sonae Indústria S.G.P.S., S. A.: diversas sociedades dispõem de um plano de benefícios definidos, com fundo constituído gerido por entidade terceira, calculado de acordo com a directriz contabilística nº 19 com base em estudos actuariais levados a cabo por entidade independente. Estão abrangidos os trabalhadores de cinco sociedades contratados até 31 de Dezembro de 1994 que, a partir do momento da reforma e até ao termo da vida, receberão mensalmente uma renda correspondente a 20% do seu salário à data de reforma. As responsabilidades por serviços prestados à data de 31 de Dezembro de 2004, com base num estudo actuarial reportado a essa data, ascediam a 1 934 556 euros, cobertas pelo valor do fundo e por provisão incluída na rubrica de Provisões para riscos e encargos, no valor de 1 187 196 euros e 1 023 798 euros, respectivamente.

6) DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO - MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 1999 foi contratado por um conjunto de subsidiárias da Sonae Indústria um empréstimo sindicado em regime de "revolving" no valor de até 400 milhões de euros, cujo montante disponível foi reduzido para até 300 milhões de euros em 20/12/2002, e para 100 milhões em 20/12/2004, vencendo-se na totalidade em 20/12/2006. O reembolso antecipado do empréstimo poderá ser exigido na sequência do exercício da opção de venda detida pelas instituições bancárias participantes, após decorrido um "remedy period" de 15 dias a contar da data de reporte das contas anuais e semestrais, em caso de incumprimento pelo Grupo Sonae Indústria dos seguintes rácios: Dívida remunerada líquida sobre Capital próprio de no máximo 1,4 e Dívida remunerada líquida sobre Cash flow operacional (EBITDA) de no máximo 4,5 em Junho de 2003 e 4 daí em diante.

A taxa de juro corresponde à Euribor a 3 ou 6 meses, acrescida de uma margem em função da performance económica do Grupo Sonae Indústria medida pelos rácios Dívida Remunerada Líquida sobre Capital Próprio e Dívida Remunerada Líquida sobre Cash Flow Operacional (EBITDA).

Durante o mês de Dezembro de 2004, a Sociedade efectuou um reembolso no montante de 200 000 000 euros.

Durante o exercício de 2002, a Sonae Indústria, S. G. P. S., S. A., conjuntamente com o seu principal accionista, Sonae S. G. P. S., S. A. e com a sua filial Glunz Ag, celebraram um contrato de financiamento junto do Banco Europeu de Investimento, no montante total de 119 000 000 euros, utilizado na totalidade à data de 31 de Dezembro de 2004. Este empréstimo vence juros trimestrais, indexados à Euribor, e será reembolsado em 16 prestações semestrais, sucessivas e iguais, vencendo-se a primeira em Junho de 2005.

A Tafisa Canada celebrou em exercícios anteriores um contrato de financiamento junto de um sindicato bancário, no montante total de CAD 101 200 000. Este empréstimo vence juros à taxa de mercado, e será reembolsado em 45% do capital através de 9 amortizações semestrais, tendo-se vencido a primeira em Junho de 2000, e em 55% do capital através de um único pagamento em Junho de 2005. À data de 30 de Junho de 2004, o valor do empréstimo ascendia a 36 640 042 euros.

A Sonae UK celebrou um contrato de financiamento junto do Banco Europeu de Investimento, no montante total de GBP 35.000.000. Este empréstimo vence juros à taxa de mercado, e será reembolsado em 15 prestações semestrais, sucessivas e iguais, tendo-se vencido a primeira em Junho de 2002. Em 31 de Dezembro de 2004, o valor do empréstimo ascendia a 29 783 039 euros.

7) DESCONSOLIDAÇÃO DE SOCIEDADES

Em 31 de Dezembro de 2003 foi celebrado um acordo com a Sonae Capital, SGPS, SA, para a alienação das participações financeiras nas subsidiárias Isoroy Casteljaloux, Société des Essences Fines Isoroy e Société de Tranchage Isoroy. No contrato celebrado, para além de ser estabelecido o preço de venda das sociedades referidas (200 000 euros), é também estipulado que os contratos de compra e venda daquelas participações deverão ser formalizados num prazo inferior a um ano. Consequentemente, estas sociedades foram excluídas de consolidação em 31 de Dezembro de 2003 e 31 de

Dezembro de 2004 (cf. Notas 1, 14 e 43) e as respectivas participações foram reflectidas no balanço consolidado pelo valor líquido de alienação, acima referido.

Para além das participações financeiras, o contrato estabelece a alienação dos suprimentos concedidos a estas empresas, no montante de 7 530 268 euros, o qual se encontra registado na rubrica do activo “Empresas associadas”.

A alienação das participações financeiras concretizou-se no dia 3 de Janeiro de 2005.

8) SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS SOBRE TERCEIROS

Em Abril de 2004 várias sociedades incluídas no perímetro de consolidação, localizadas em Portugal, Espanha, França, Alemanha, Holanda, Inglaterra e Irlanda do Norte, celebraram um contrato de securitização com a Tulip Asset Purchase Company B. V. (“TAPCO”), referente à venda de créditos comerciais detidos, com a duração de até 5 anos.

Em consequência desta operação, o montante das facturas por cobrar vendidas pode atingir 150 000 000 euros, valor utilizado na quase totalidade e deduzido ao saldo da rubrica “Clientes conta corrente” do balanço consolidado. O valor das facturas vendidas retido pela TAPCO encontra-se relevado na rubrica “Outros devedores” do balanço consolidado, conforme nota 50-2).

O risco de crédito associado às contas a receber vendidas foi transferido para aquela entidade, excepto na parcela retida anteriormente referida, a qual só é paga às sociedades do grupo após cobrança das facturas.

Em 31 de Dezembro de 2004, a Administração das sociedades do grupo envolvidas entende que a parcela retida, acima referida, é integralmente realizável.

9) AUMENTO DE CAPITAL

Em 25 de Outubro de 2004 o capital da Sociedade foi aumentado em 200 000 000 euros, representado por 40 000 000 novas acções de valor nominal de 5 euros cada, totalmente subscritas e realizadas em dinheiro.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

SONAE INDÚSTRIA, S.G.P.S, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2004 ACOMPANHADAS DA
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 1.643.401.177 Euros e capitais próprios de 405.574.179 Euros, incluindo um resultado líquido de 29.213.582 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
4. As demonstrações financeiras consolidadas anexas, que foram preparadas para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas nos termos do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, não incluem a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, os quais serão preparados e apresentados para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Reserva

5. Até 31 de Dezembro de 2000, o Grupo adoptou a política contabilística de registar no imobilizado incorpóreo as diferenças de consolidação calculadas na data de aquisição de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas e de as amortizar no período estimado de recuperação dos respectivos investimentos. No início de 2001, o Grupo decidiu adoptar um critério diferente, que consiste em registar aqueles montantes como uma redução de "Outras reservas", o qual foi aplicado igualmente ao valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2000 das diferenças de consolidação registadas até essa data. O critério adoptado a partir de 31 de Dezembro de 2000 não está de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal. Caso o Grupo tivesse mantido o critério e prazos de amortização adoptados até 31 de Dezembro de 2000 e não considerando eventuais ajustamentos na conversão para as Normas Internacionais de Relato Financeiro, o activo e os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004 seriam superiores em aproximadamente 44.365.000 de Euros, e o resultado consolidado líquido do exercício findo naquela data seria inferior em aproximadamente 5.080.000 de Euros, correspondente à amortização daquelas diferenças de consolidação no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

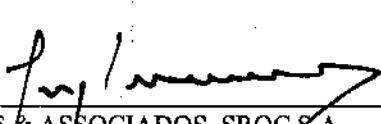
Opinião

6. Em nossa opinião, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2004, bem como o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

7. O Grupo registou em exercícios anteriores activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis gerados por filiais localizadas na Alemanha, França e Reino Unido, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2004 ascende a aproximadamente 51.925.000 Euros (aproximadamente 52.440.000 Euros em 31 de Dezembro de 2003) – Nota 38. Estas filiais, com excepção da localizada na Alemanha, ainda não geraram lucros no exercício de 2004, pelo que a utilização futura dos prejuízos fiscais reportáveis e, consequentemente, a realização daqueles activos, é incerta e está dependente da existência no futuro de lucros naquelas filiais e da manutenção das actuais condições para o reporte e utilização futura dos prejuízos fiscais.

Porto, 28 de Fevereiro de 2005


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas da
Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa, bem como das principais empresas englobadas na consolidação, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A. e ainda dos órgãos sociais e serviços das principais empresas englobadas na consolidação as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004, as Demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e por funções para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2004 preparado pelo Conselho de Administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, a qual contém nos seus parágrafos 5 e 7 uma reserva e uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 e apesar do exposto no parágrafo 7, ambos da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos manifestar ao Conselho de Administração e aos diversos serviços da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A. e das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 28 de Fevereiro de 2005


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - NIPC: 501 776 311 - Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 11.743
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa

Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Edifício Aviz, Av. da Boavista, 3523 - 1º, 4100-139 Porto - Tel: +(351) 226 191 300 - Fax: +(351) 226 101 204

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Sonae Indústria, SGPS, SA
Lugar do Espido Via Norte
Apartado 1096
4471-909 Maia Portugal

Telefone (+351) 220 100 400
Fax (+351) 220 100 543

www.sonaeindustria.com



SONAE INDÚSTRIA-SGPS, S.A.
Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia
Capital social: € 700 000 000
Matriculada na C.R.C da Maia sob o nº 1067
Pessoa colectiva nº 500 204 128
Sociedade Aberta

Certifico que, nos termos da acta número oitenta de cinco de Abril de dois mil e cinco, tomada no livro de actas da Assembleia Geral de accionistas, se mostra que foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes propostas:

- a) "Propõe-se que o Relatório de Gestão, Contas e respectivos anexos, relativos ao exercício de dois mil e quatro, sejam aprovados tal como apresentados";
- b) "Propõe-se que o Relatório de Gestão, Contas Consolidados e respectivos anexos, relativos ao exercício de dois mil e quatro, sejam aprovados tal como apresentados";
- c) "Conforme consta do Balanço e Contas, os resultados líquidos do exercício foram de um milhão trezentos e setenta e três mil seiscentos e noventa e três euros e sessenta e três centimos.

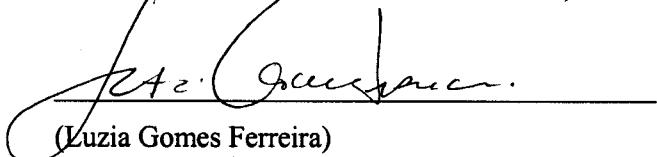
Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação de resultados:

Reservas legais – sessenta e oito mil seiscentos e oitenta e quatro euros e sessenta e oito centimos;

Reservas livres – um milhão trezentos e cinco mil e oito euros e noventa e cinco centimos."

Maia, 6 de Abril de 2005

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral,


(Luzia Gomes Ferreira)

SONAE INDÚSTRIA, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO DE 2004
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:

	Euros
Recebimentos de clientes	1.615.219.294
Pagamentos a fornecedores	1.078.792.005
Pagamentos ao pessoal	<u>240.065.802</u>
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>	296.361.487
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	6.278.199
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	<u>-92.768.569</u>
<i>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</i>	209.871.117
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	16.871.842
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	<u>20.404.188</u>
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>	<u>206.338.771</u>

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:

Recebimentos provenientes de:	
Investimentos financeiros	82.703.833
Imobilizações corpóreas	25.969.390
Imobilizações incorpóreas	190.358
Subsídios ao investimento	10.099.077
Juros e proveitos similares	4.606.312
Dividendos	1.186.000
Empréstimos concedidos	<u>50.048.834</u>
	174.803.804
Pagamentos respeitantes a:	
Investimentos financeiros	22.951.577
Imobilizações corpóreas	56.946.587
Imobilizações incorpóreas	1.613.583
Empréstimos concedidos	142.248
Outros	<u>93.574</u>
	81.747.569
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>	<u>93.056.235</u>

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Recebimentos provenientes de:	
Empréstimos obtidos	24.124.240
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	200.000.000
Empréstimos obrigacionistas	80.000.000
Venda de acções (quotas) próprias	100.000
Cobertura de prejuízos	640.617
Outros	<u>176.614</u>
	225.041.471
Pagamentos respeitantes a:	
Empréstimos obtidos	503.864.125
Juros e custos similares	55.664.587
Dividendos	<u>177.096</u>
	559.705.808
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>	<u>-334.664.337</u>

Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	-35.269.331
Efeito das diferenças de câmbio	298.605
Caixa e seus equivalentes no início do período	33.790.994
Caixa e seus equivalentes no fim do período	78.223.058

SONAE INDÚSTRIA, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.
ANEXO À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO DE 2004

A informação constante deste anexo segue a estrutura e numeração propostas pela Directriz Contabilística nº 14/93, sendo apenas apresentadas as notas cuja informação é relevante para a leitura da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do Grupo Sonae Indústria, SGPS, SA.

1 - Aquisições ou alienações de filiais

Rubricas	Aquisições	Alienações	Euros
a) Tafisa Canadá			
Preço total de aquisição Valor pago	31.431.390 17.948.827		
b) Imocapital, SGPS, S. A.			
Preço total de alienação Valor recebido Imobilizações Existências Dívidas a receber Dívidas a pagar		44.678.041 44.678.041 143.136.023 22.062.160 47.131.673 137.284.952	

a) A participação directa nesta sociedade aumentou de 67,23% para 99,99% através da aquisição das ações detidas por minoritários, realizada em Maio de 2004.

b) Sociedade alienada em Dezembro de 2004 que determinou a saída do perímetro das seguintes empresas por ela detidas directa ou indirectamente:

Celnave - Agência de Navegação, Lda.;
Celpap - Terminal de Celulose e Papel de Portugal, Lda.;
Emprobal - Empresa de Produção e Comercialização de Embalagens, Lda.;
Gescartão, SGPS, S. A.;
Investalentejo, SGPS, S.A.;
Lepe - Empresa Produtora de Embalagens, S.A.;
Portucel Embalagem - Empresa Produtora de Embalagens de Cartão, S. A.;
Portucel Espana, S. A.;
Portucel Recicla - Indústria de Papel Reciclado, S. A.;
Portucel Viana - Empresa Produtora de Papéis Industriais, S. A.;
Sulpac - Empresa Produtora de Embalagens de Cartão, S. A..

2 - Discriminação de caixa e seus equivalentes

	2004	2003	Euros
Numerário	647.034	996.950	
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	34.922.241	45.714.786	
Equivalentes a caixa	42.653.783	-12.920.742	
Caixa e seus equivalentes	78.223.058	33.790.994	
Depósitos à ordem (saldo credor)	2.523.261	21.948.629	
Disponibilidades constantes do balanço	80.746.319	55.739.623	

5 - Outras informações

Na rubrica de "Recebimentos respeitantes a investimentos financeiros" encontra-se incluído o montante de 33 321 735 euros referente à alienação, efectuada no exercício de 2003, da Plysorol SAS e empresas por esta participadas.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 1.643.401.177 Euros e capitais próprios de 405.574.179 Euros, incluindo um resultado líquido de 29.213.582 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa; (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Página 2 de 2

Reserva

5. Até 31 de Dezembro de 2000, o Grupo adoptou a política contabilística de registar no imobilizado incorpóreo as diferenças de consolidação calculadas na data de aquisição de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas e de as amortizar no período estimado de recuperação dos respectivos investimentos. No início de 2001, o Grupo decidiu adoptar um critério diferente, que consiste em registar aqueles montantes como uma redução de "Outras reservas", o qual foi aplicado igualmente ao valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro de 2000 das diferenças de consolidação registadas até essa data. O critério adoptado a partir de 31 de Dezembro de 2000 não está de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal. Caso o Grupo tivesse mantido o critério e prazos de amortização adoptados até 31 de Dezembro de 2000 e não considerando eventuais ajustamentos na conversão para as Normas Internacionais de Relato Financeiro, o activo e os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004 seriam superiores em aproximadamente 44.365.000 de Euros, e o resultado consolidado líquido do exercício findo naquela data seria inferior em aproximadamente 5.080.000 de Euros, correspondente à amortização daquelas diferenças de consolidação no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

Opinião

6. Em nossa opinião, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Sonae Indústria, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2004, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

7. O Grupo registou em exercícios anteriores activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis gerados por filiais localizadas na Alemanha, França e Reino Unido, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2004 ascende a aproximadamente 51.925.000 Euros (aproximadamente 52.440.000 Euros em 31 de Dezembro de 2003) – Nota 38. Estas filiais, com excepção da localizada na Alemanha, ainda não geraram lucros no exercício de 2004, pelo que a utilização futura dos prejuízos fiscais reportáveis e, consequentemente, a realização daqueles activos, é incerta e está dependente da existência no futuro de lucros naquelas filiais e da manutenção das actuais condições para o reporte e utilização futura dos prejuízos fiscais.

Porto, 28 de Fevereiro de 2005 (excepto para a emissão da Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e respectivo anexo cuja data é de 2 de Maio de 2005).


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves